

# **AVALIAÇÃO ATUARIAL**

**Data Focal: 31/12/2016**

**Município de  
ITABELA - BA**

## Sumário

1. OBJETIVO .....	4
2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....	4
3. OBSERVAÇÕES SOBRE O RPPS INSTITUÍDO .....	5
4. BASE CADASTRAL, DADOS UTILIZADOS, ESTATÍSTICAS E ESTIMATIVAS .....	6
4.1. Dados Fornecidos .....	6
4.2. Estatísticas e Estimativas .....	7
4.2.1. Relativas aos Segurados Ativos .....	7
Quadro Q01 - Segurados Ativos .....	7
Quadro Q03 - Número de Segurados Ativos Admitidos por Ano.....	7
Quadro Q04 - Segurados Ativos com Remuneração Acima do Teto do RGPS .....	8
Quadro Q04-A - Distribuição de Segurados Ativos, por Poder, Faixa Etária e Salário Acima do teto do RGPS.....	8
Quadro Q05 - Evolução dos Encargos com Auxílios Previdenciários .....	8
Quadro Q06 - Estimativa de Aposentadorias dos Atuais Segurados Ativos, para um Horizonte Temporal de 35 anos .....	9
4.2.2. Relativas aos Segurados Inativos .....	10
Quadro Q07 - Inativos.....	10
Quadro Q08-A - Numero de Benefícios de Aposentadoria Iniciados no ano, POR Sexo e Tipo de Aposentadoria .....	10
Quadro Q08-B - Número de Benefícios de Aposentadoria Iniciados no ano.....	10
Quadro Q10 - Estimativa de Novos Benefícios de Aposentadoria Voluntária, relativos à massa de Ativos, por tipo de benefício .....	11
4.2.3. Relativas aos Pensionistas .....	11
Quadro Q11 - Pensionistas .....	11
Quadro Q12 - Número de Benefícios de Pensão iniciados no ano.....	11
Quadro Q13 - Estimativa de Saídas e Redução de Encargos da Atual Massa de Pensionistas .....	12
Quadro Q14 - Benefícios de Pensão Acima do Teto do RGPS.....	12
Quadro Q15 - Estatísticas de Processos de Pensão .....	12
5. PLANO DE BENEFÍCIOS .....	12
5.1 Aposentadoria por Tempo de Contribuição .....	12
5.2 Aposentadoria por Invalidez.....	13
5.3 Aposentadoria Compulsória .....	15
5.4 Aposentadoria por Idade.....	15
5.5 Pensão por Morte.....	16
5.6 Auxílio Doença.....	16
5.7 Auxílio Reclusão .....	16
5.8 Salário-Maternidade .....	17
5.9 Condições de Elegibilidade e Regras de Transição .....	17
5.10 Regras Permanentes.....	19
5.11 Regras de Transição.....	23

5.12	Direito Adquirido .....	27
6.	HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAIS .....	34
6.1	Taxa Real de Juros .....	34
6.2	Crescimento dos Salários (Crescimento da Remuneração ao Longo da Carreira) .....	34
6.3	Crescimento dos Benefícios .....	34
6.4	Turn-over (Rotatividade) .....	34
6.5	Compensação Financeira .....	34
6.6	Novos Entrados & Crescimento da Massa de Servidores & Gerações Futuras.....	34
6.7	Bases Biométricas .....	35
6.8	Composição Familiar .....	35
6.9	Capacidade Salarial.....	36
6.10	Capacidade de Benefício .....	36
6.11	Estimativa de Crescimento Real do Teto do RGPS .....	36
6.12	Outras Hipóteses e Considerações .....	36
7.	REGIMES FINANCEIROS .....	37
8.	PLANO DE CUSTEIO E RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL.....	38
8.1	Valores Resultantes da Avaliação Atuarial .....	38
8.2	Análise Comparativa e Posição do Plano de Benefícios Plano de Custeio.....	39
8.3	Plano de Custeio .....	41
	Quadro Q19 - Plano de Custeio .....	41
	Quadro Q20 - Alíquotas de Contribuição .....	42
	Quadro Q21 - Evolução do Plano de Custeio.....	42
	Quadro Q22-A Plano de Amortização .....	43
9	PROVISÕES, FUNDOS E RESERVAS TÉCNICAS .....	43
9.1	Posição das Provisões, Fundos e Reservas Técnicas .....	43
	Quadro Q24 - Provisão / Fundo / Reserva – Geração Atual .....	44
9.2	Reservas e Provisões .....	44
9.2.1	Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.....	44
9.2.2	Provisão Matemática de Benefícios Concedidos .....	44
9.2.3	Reserva de Contingência .....	45
9.2.4	Reserva para Ajustes do Plano .....	45
10	RENTABILIDADE DOS ATIVOS E A META ATUARIAL .....	45
11	ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL.....	46
12	PARECER E CONCLUSÕES .....	47
	ANEXOS .....	2
	Quadro Q25 – Frequência e Folha Mensal de Salários de Contribuição de Ativos, por Idade e Sexo.....	2
	Quadro Q28 – Frequência e Folha de Aposentados, por Sexo e Idade .....	4
	Quadro Q29 – Frequência e Folha de Pensionistas, por Sexo e Idade .....	5
	Quadro Q30 – Demonstrativo da Projeção Atuarial de Receitas e Despesas (RREO – LRF) .....	6
	Quadro Q31 – Escrituração Contábil .....	8

# AVALIAÇÃO ATUARIAL

## Fundo Previdenciário

### 1. OBJETIVO

O presente estudo tem como finalidade reavaliar o plano de benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social do município de Itabela – BA, gerido pela Caixa de Previdência dos Servidores Públicos Municipais - CAPREMI, na data focal de 31/12/2016, à luz das disposições legais da Emenda Constitucional nº 20/98, da Emenda Constitucional nº 41/03, da Emenda Constitucional nº 47/05, da Lei Complementar Federal Nº 101/00, da Lei Federal nº 9.717/98, da Portarias MPS nº 402/08 e nº 403/08 e da Lei Municipal 316/05, e da legislação municipal pertinente, todas com a redação vigente na data focal da presente avaliação.

### 2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Apenas para os fins deste estudo, definimos e/ou conceituamos:

- a) Participantes-titulares: são os servidores ativos e inativos, seguradas do RPPS;
- b) Participantes-dependentes: são as pessoas físicas, dependentes e com vínculo direto aos participantes-titulares, nos termos da Lei;
- c) Empregadores ou Ente Patronal: o ente, incluídos suas autarquias e órgãos, ao qual estão vinculados os participantes-titulares e que contribuem para o RPPS;
- d) Participantes-assistidos: pessoas físicas, em gozo de algum dos benefícios previdenciários do RPPS;
- e) Salário de Contribuição ou Remuneração de Contribuição (SC): no caso de servidor ativo, é remuneração sobre a qual será aplicada a alíquota de contribuição e que servirá de base para o cálculo de seu benefício. No caso dos aposentados e pensionistas, é o valor do benefício recebido e que, se superior ao teto do Regime Geral de Previdência (RGPS), sofrerá desconto de contribuição na alíquota pertinente, na parcela que exceder ao teto do RGPS;
- f) Ativo Líquido: bens e direitos do RPPS, líquidos dos exigíveis operacionais e contingenciais, dos fundos e provisões, que serão utilizados na apuração do resultado do RPPS;
- g) Contribuição Normal ou Custo Normal: montante ou percentual destinado a custear os benefícios, em conformidade com o regime financeiro e método atuarial adotado;
- h) Contribuição Especial, Suplementar, Extraordinária ou Custo Suplementar: montante em espécie ou percentual (a ser aplicado sobre a folha de salários de contribuição dos servidores ativos) destinado a amortizar déficits ou insuficiências apuradas e levantadas em avaliação atuarial;

- i) Passivo Atuarial: valor atual dos benefícios futuros, líquido do valor atual das contribuições normais e especiais futuras, de acordo com os métodos e hipóteses atuariais adotados, acrescido do valor atual do resultado (positivo ou negativo) da compensação previdenciária (estimada ou efetiva) entre o RPPS e o RGPS;
- j) Déficit Técnico: diferença, quando negativa, entre o Ativo Líquido, o Passivo Atuarial;
- k) Superávit Técnico: diferença, quando positiva, entre o Ativo Líquido, o Passivo Atuarial;
- l) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder: é a diferença, calculada atuarialmente, entre o valor atual dos benefícios futuros, a conceder aos participantes-titulares não classificados como riscos iminentes, o valor atual das contribuições normais e especiais futuras e o resultado da compensação previdenciária estimada (positivo ou negativo) entre o RPPS e o RGPS relativa a benefícios a conceder;
- m) Reserva de Matemática de Benefícios Concedidos: é a diferença, calculada atuarialmente, entre o valor atual dos compromissos futuros para com os participantes em benefício e para com os participantes-titulares em atividade, classificados como riscos iminentes, o valor atual das contribuições normais e especiais futuras dos respectivos participantes e o resultado da compensação previdenciária estimada (positivo ou negativo) entre o RPPS e o RGPS relativa a benefícios concedidos;
- n) Mínimo, Exigível ou Meta Atuarial: é a rentabilidade nominal mínima que o ativo líquido deve apresentar de forma a dar consistência ao plano de benefícios e ao plano de custeio, de maneira a garantir o equilíbrio financeiro-atuarial exigido pela Lei Complementar Federal 101/00;
- o) Ativos: participantes-titulares em plena atividade profissional. Nesta categoria estão também incluídos os participantes vinculados e/ou licenciados, por qualquer razão;
- p) Inativos ou Aposentados: participantes-titulares que já se encontram aposentados;
- q) Pensionistas: os dependentes de participante-titular que auferem benefício de pensão por morte.

### 3. OBSERVAÇÕES SOBRE O RPPS INSTITUÍDO

A Lei Municipal nº 316, de 26 de dezembro de 2005, reestruturou o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos servidores municipais de Itabela, sendo o mesmo gerido pela Caixa de Previdência dos Servidores Públicos Municipais - CAPREMI, autarquia municipal.

Além do plano de benefícios previdenciários do RPPS do município, a CAPREMI gere também plano de assistência médica, com recursos segregados das contas previdenciárias.

Na data focal da presente avaliação, haviam débitos pendentes do Ente empregador com o RPPS / CAPREMI, relativos a parcelamentos de contribuições em atraso, segundo o balanço da CAPREMI, de 31/12/2016, bem como contribuições em atraso não parceladas.

Ainda, segundo as demonstrações financeiras da CAPREMI, os Entes patronais não têm contribuído para o custeio do RPPS em conformidade com a Lei municipal específica para tal, nas alíquotas estabelecidas.

A operacionalização do RPPS do município é consubstanciada por meio de um fundo previdenciário, estruturado em regime capitalizado e destinado a custear as despesas com benefícios.

O Plano de benefícios vigente contemplava o seguinte rol de benefícios/auxílios:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria voluntária e proporcional por idade;
- c) aposentadoria voluntária e integral por tempo de contribuição e idade;
- d) aposentadoria compulsória;
- e) aposentadoria especial de professor;
- f) pensão por morte/desaparecimento/ausência do segurado;
- g) auxílio-doença;
- h) licença-maternidade; e
- i) auxílio-reclusão.

#### **4. BASE CADASTRAL, DADOS UTILIZADOS, ESTATÍSTICAS E ESTIMATIVAS**

##### **4.1. Dados Fornecidos**

Para a realização do presente estudo foram fornecidos os seguintes dados e demonstrativos:

- a) dados de gestão, na posição da data-focal da avaliação;
- b) arquivo magnético contendo dados individualizados dos servidores ativos, inativos e pensionistas;
- c) cópia das leis locais, relativas ao RPPS em análise.

Após a recepção e análise dos dados, foram realizados testes de consistência nas bases de dados. Sobre essas, é nosso parecer que apresentavam a amplitude e a consistência suficientes e adequadas para a realização da presente avaliação e, face à data-focal, também a desejada atualização. Entretanto, há de se salientar que os resultados e conclusões que serão apresentados são diretamente decorrentes dessas.

#### 4.2. Estatísticas e Estimativas

Os dados recebidos foram agrupados e tabulados, de acordo com as necessidades do estudo, de maneira a gerar informações para os gestores do RPPS que possibilite uma gestão proativa sobre o Plano de Benefícios.

##### 4.2.1. Relativas aos Segurados Ativos

Para fins de gestão e conhecimento da massa de segurados ativos, a seguir são apresentados quadros com as estatísticas básicas da massa de ativos.

**Quadro Q01 - Segurados Ativos**

Descrição	Feminino	Masculino	TOTAL	Dez/2015	Dez/2014	Dez/2013
Numero de Participantes	716	306	1.022	1.018	958	973
Idade Média (anos)	43,7	42,6	43,4	42,4	41,1	40,3
Menor Salário de Contribuição	R\$ 880,00	R\$ 880,00	R\$ 880,00			
Salário Médio de Contribuição	R\$ 2.095,07	R\$ 1.875,58	R\$ 2.029,35	R\$ 1.662,89	R\$ 1.448,46	R\$ 1.310,04
Maior Salário de Contribuição	R\$ 6.993,19	R\$ 6.993,19	R\$ 6.993,19			
Folha Mensal de Salários de Contribuição	R\$ 1.500.067,47	R\$ 573.927,43	R\$ 2.073.994,90	R\$ 1.692.821,05	R\$ 1.387.627,24	R\$ 1.274.672,61
Tempo Médio de vinculação ao RPPS	13,0	12,2	12,8	12,5		
Tempo Médio até a aposentadoria	12,9	17,5	14,3	16,0		
Idade Média estimada de Aposent	56,6	60,1	57,7	58,4		
Idade Média de Admissão no Ente	30,7	30,4	30,6	29,9		

Fonte: dados do ano-focal oriundos da Avaliação Atuarial. Demais anos oriundos das Avaliações Anteriores e do DRAA do site da SPS/MPS

**Quadro Q03 - Número de Segurados Ativos Admitidos por Ano**

Ano de Admissão	Num. de Admitidos
Até o ano de 2008	692
2009	60
2010	242
2011	10
2012	5
2013	9
2014	0
2015	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.018</b>

Fonte: Avaliação Atuarial.

**Quadro Q04 - Segurados Ativos com Remuneração Acima do Teto do RGPS**

Rubrica	Feminino	Masculino	Total Geral
Frequencia de Segurados	9	4	13
Folha Mensal de SC	R\$ 57.311,53	R\$ 25.441,96	R\$ 82.753,49
SC Médio	R\$ 6.367,95	R\$ 6.360,49	R\$ 6.365,65
Parcela ate o Teto RGPS	R\$ 46.708,38	R\$ 20.759,28	R\$ 67.467,66
Parcela Acima do Teto RGPS	R\$ 10.603,15	R\$ 4.682,68	R\$ 15.285,83
Parcela Média Acima do Teto RGPS	R\$ 1.178,13	R\$ 1.170,67	R\$ 1.175,83
% Médio do SC, acima do Teto RGPS	18,5%	18,4%	18,5%
Idade Média de Entrada	26,44	32,00	28,15
Idade Média	45,00	49,50	46,38
Idade Média Estimada de Aposentadoria (em anos)	57,78	67,00	60,62
Tempo Médio de Admissão (em anos)	18,56	17,50	18,23

Fonte: Base de dados da Avaliação Atuarial.

**Quadro Q04-A - Distribuição de Segurados Ativos, por Poder, Faixa Etária e Salário Acima do teto do RGPS**

Poder e Faixa Etária	ABAIXO do Teto do RGPS			ACIMA do Teto do RGPS		
	Fx	Salário Médio de Contribuição	Folha Mensal de Salários de Contribuição	Fx	Salário Médio de Contribuição	Folha Mensal de Salários de Contribuição
<b>Executivo</b>						
Ate 30 anos	82	1.383,04	113.409,66	1	6.599,86	6.599,86
De 31 a 40 anos	313	1.967,18	615.726,12	1	6.599,86	6.599,86
De 41 a 50 anos	410	2.195,17	900.019,87	9	6.326,60	56.939,41
De 51 a 60 anos	158	1.741,56	275.165,90	2	6.307,18	12.614,36
De 61 anos ou mais	41	1.703,79	69.855,56			
<b>Legislativo</b>						
De 31 a 40 anos	1	4.197,06	4.197,06			
De 41 a 50 anos	3	2.582,40	7.747,21			
De 51 a 60 anos	1	2.933,65	2.933,65			
<b>Total Geral</b>	<b>1.009</b>	<b>1.971,31</b>	<b>1.989.055,03</b>	<b>13</b>	<b>6.365,65</b>	<b>82.753,49</b>

Fonte: Base de dados da Avaliação Atuarial.

**Quadro Q05 - Evolução dos Encargos com Auxílios Previdenciários**

Auxílio	2016	2015	2014	2013
Auxílio-Doença	R\$ 222.681,07	R\$ 220.313,50	R\$ 280.183,27	R\$ 237.399,50
Auxílio-Maternidade	R\$ 50.845,72	R\$ 50.845,72	R\$ 43.530,90	R\$ 93,44
Auxílio-Reclusão	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Salário Família	R\$ 68.056,97	R\$ 70.052,14	R\$ 72.105,80	R\$ 0,00

Fonte: Demonstrativos Recebidos para a Avaliação e DRAA da SPPS/MPs



Quadro Q06 - Estimativa de Aposentadorias dos Atuais Segurados Ativos, para um Horizonte Temporal de 35 anos

Ano	NÃO-Professores		Professores		TOTAL	
	Número de Servidores	Folha Mensal Estimada de Benefícios	Número de Servidores	Folha Mensal Estimada de Benefícios	Número de Servidores	Folha Mensal Estimada de Benefícios
2017	1	1.202,32	0	0,00	1	1.202,32
2018	10	20.426,63	38	66.465,83	48	86.892,46
2019	4	6.324,90	12	17.325,92	16	23.650,81
2020	2	4.756,20	8	21.085,55	10	25.841,75
2021	5	9.861,35	22	42.383,00	27	52.244,35
2022	4	15.099,64	22	31.218,63	26	46.318,28
2023	6	22.068,77	21	38.116,62	27	60.185,39
2024	10	28.183,95	30	62.452,39	40	90.636,34
2025	3	8.892,12	27	55.759,54	30	64.651,66
2026	7	14.948,26	35	73.046,62	42	87.994,88
2027	17	42.726,96	22	41.295,67	39	84.022,63
2028	21	63.824,28	33	66.623,74	54	130.448,03
2029	42	141.708,40	25	54.801,78	67	196.510,18
2030	29	71.985,31	23	50.007,32	52	121.992,63
2031	59	168.221,26	20	46.892,13	79	215.113,40
2032	17	54.001,94	24	46.713,13	41	100.715,07
2033	31	88.082,84	25	45.109,39	56	133.192,24
2034	22	69.433,35	27	59.008,13	49	128.441,49
2035	29	89.974,98	23	53.716,75	52	143.691,72
2036	17	41.040,62	18	42.741,66	35	83.782,28
2037	9	27.912,48	22	44.290,17	31	72.202,65
2038	12	28.335,87	18	38.899,05	30	67.234,92
2039	8	24.796,26	16	30.433,13	24	55.229,39
2040	8	23.429,61	17	28.924,96	25	52.354,57
2041	8	27.645,49	12	25.037,66	20	52.683,14
2042	3	12.700,66	18	37.287,77	21	49.988,43
2043	4	14.937,89	19	37.532,20	23	52.470,10
2044	3	6.346,96	8	12.480,05	11	18.827,01
2045	3	5.769,18	9	15.524,30	12	21.293,48
2046	5	7.826,44	6	9.199,86	11	17.026,29
2047	1	3.240,24	5	9.467,82	6	12.708,06
2048	1	4.179,93	5	10.542,45	6	14.722,37
2049	0	0,00	4	11.379,67	4	11.379,67
2050	0	0,00	2	2.952,80	2	2.952,80
2052	0	0,00	3	7.800,95	3	7.800,95

Fonte: Base de dados da Avaliação Atuarial.  
Nota: valores monetários evoluídos apenas pela Taxa de Crescimento Real de salários.

#### 4.2.2. Relativas aos Segurados Inativos

Nos quadros seguintes, pode-se observar a posição da massa de inativos do Regime, estatísticas básicas e algumas estimativas, dentre outros.

**Quadro Q07 - Inativos**

Descrição	Feminino	Masculino	TOTAL	Dez/2015	Dez/2014	Dez/2013
Numero de Participantes	92	25	117	92	84	75
Idade Média (anos)	57,1	62,3	58,2	57,9	56,8	56,4
Benefício Médio	R\$ 1.692,92	R\$ 1.084,40	R\$ 1.562,90	R\$ 1.417,33	R\$ 1.284,31	R\$ 1.109,74
Folha Mensal de Benefícios	R\$ 155.748,89	R\$ 27.110,01	R\$ 182.858,90	R\$ 130.394,68	R\$ 107.882,33	R\$ 83.230,20
Tempo Médio já em Benefício	6,4	11,6	7,5	6,2		
Idade Média de Aposentadoria	50,7	50,8	50,7	51,7		
% da Folha de Invalidez sobre o Total			28,16%	25,78%	38,42%	0,00%

Fonte: dados do ano-focal oriundos da Avaliação Atuarial. Demais anos oriundos das Avaliações Anteriores e do DRAA do site da SPS/MPS

**Quadro Q08-A - Numero de Benefícios de Aposentadoria Iniciados no ano, POR Sexo e Tipo de Aposentadoria**

Ano	Não-Invalidez		Invalidez		Total	% de Invalidos
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino		
Anterior a 2014	37	12	23	2	74	33,8%
2014	5	1	1	1	8	25,0%
2015	5	1	1	2	9	33,3%
2016	14	4	6	2	26	30,8%
<b>TOTAL</b>	61	18	31	7	117	32,5%
%	52,1%	15,4%	26,5%	6,0%	100,0%	
Estimativa de Mortes p/ proximo Período	0,3	0,2	0,1	0,1	0,7	

Fonte: Base de dados da Avaliação Atuarial.

**Quadro Q08-B - Número de Benefícios de Aposentadoria Iniciados no ano**

Ano	Não-Invalidez	Invalidez	Total geral
Até 2010	29	16	45
2011	9	5	14
2012	9	4	13
2013	2	0	2
2014	6	2	8
2015	6	3	9
2016	18	8	26
<b>TOTAL</b>	79	38	117

**Quadro Q10 - Estimativa de Novos Benefícios de Aposentadoria Voluntária, relativos à massa de Ativos, por tipo de benefício**

		Benefício	2017	2018	2019	2020
Número de Benefícios	Aposent. Voluntaria/Compulsoria		1	38	6	13
	Aposentadoria por Invalidez		0	2	2	2
	Pensões de Ativos		3	3	4	4
Folha Anual	Aposent. Voluntaria/Compulsoria		R\$ 15.786,46	R\$ 787.087,86	R\$ 163.333,14	R\$ 364.308,58
	Aposentadoria por Invalidez		R\$ 189,22	R\$ 48.732,37	R\$ 54.151,55	R\$ 60.386,12
	Pensões de Ativos		R\$ 77.054,21	R\$ 84.370,53	R\$ 93.153,56	R\$ 102.817,79
Fonte: Base de dados da Avaliação Atuarial.						

**4.2.3. Relativas aos Pensionistas**

A seguir, apresentamos a posição da massa de pensionistas, bem como algumas estatísticas e projeções.

**Quadro Q11 - Pensionistas**

Descrição	Feminino	Masculino	TOTAL	Dez/2015	Dez/2014	Dez/2013
Numero de Pensões	25	13	38	34	28	27
Idade Média (anos)	57,6	47,7	54,2	52,5	59,3	54,4
Benefício Médio	R\$ 987,01	R\$ 1.560,88	R\$ 1.189,55	R\$ 1.086,96	R\$ 928,38	R\$ 866,27
Folha Mensal de Benefícios	R\$ 21.714,18	R\$ 18.730,50	R\$ 40.444,68	R\$ 30.434,79	R\$ 25.994,58	R\$ 23.389,29
Tempo Médio já em Benefício (anos)	8,6	6,1	7,8	7,6		
Idade Média de entrada em benefício	49,1	41,6	46,5	45,0		
Duração Média dos Benefícios Temporários (anos)			7,50	8,50		
Fonte: Dados do ano-focal oriundos da Avaliação Atuarial. Demais anos oriundos das Avaliações Anteriores e do DRAA do site da SPS/MPS						

**Quadro Q12 - Número de Benefícios de Pensão iniciados no ano**

Ano	Feminino	Masculino	Total	%
Anterior a 2014	17	9	26	76,47%
2014	1	1	2	5,88%
2015	3	0	3	8,82%
2016	1	2	3	8,82%
TOTAL	22	12	34	100,00%
%	64,71%	35,29%		

**Quadro Q13 - Estimativa de Saídas e Redução de Encargos da Atual Massa de Pensionistas**

Ano	Saídas	Folha Mensal	Redução da Folha
2016	0,570	R\$ 39.860,86	R\$ 583,82
2017	0,605	R\$ 39.241,25	R\$ 619,61
2018	0,640	R\$ 38.585,89	R\$ 655,35
2019	0,674	R\$ 37.895,27	R\$ 690,63

**Quadro Q14 - Benefícios de Pensão Acima do Teto do RGPS**

Rubrica	Vitalícios	Temporários	Total geral
Frequência de Pensionistas	Não Existem	Não Existem	Não Existem
Folha Mensal de SC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Parcela até o Teto RGPS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Parcela Acima do Teto RGPS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Parcela Média Acima do Teto RGPS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
% Médio do Benefício que está Acima do Teto RGPS	0,00%	0,00%	0,00%
Contribuição Mensal Segurado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
% de Contribuição s/ Folha Total	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Base de dados da Avaliação Atuarial.

**Quadro Q15 - Estatísticas de Processos de Pensão**

Número de Processos de Pensão	34
Benefício Mínimo	R\$ 867,61
Benefício Médio	R\$ 1.189,55
Benefício Máximo	R\$ 3.037,76
Folha Mensal de Benefícios informada	R\$ 38.984,92
Folha Mensal de Benefícios utilizada	R\$ 40.444,68

Fonte: Avaliação Atuarial.

**5. PLANO DE BENEFÍCIOS**

Para melhor compreensão da presente avaliação, apresentamos a seguir um breve resumo dos critérios de concessão dos benefícios de aposentadoria, pensão por morte e os auxílios previdenciários que norteiam a presente.

**5.1 Aposentadoria por Tempo de Contribuição**

A aposentadoria por tempo de contribuição consiste em uma renda mensal vitalícia ao participante-titular, depois de satisfeitas as condições necessárias para a sua concessão.

A aposentadoria é concedida nos termos da Constituição Federal e respectivas Emendas Constitucionais, observadas a regra permanente e as regras de transição estabelecidas nesses dispositivos, bem como à luz da legislação municipal e dispositivos infralegais pertinentes.

É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria, pelo mesmo participante-titular, por conta do RPPS, salvo os casos permitidos em Lei.

A renda mensal inicial é reajustada na forma da Lei e o valor inicial estabelecido em conformidade com a regra aplicável ao participante.

Em qualquer hipótese, é garantido um benefício inicial equivalente, pelo menos, ao salário mínimo vigente.

Para fins de estimativa e projeção, na avaliação atuária é aplicada a regra aplicável ao participante que conduza ao maior valor de Renda mensal Inicial (RMI).

## 5.2 Aposentadoria por Invalidez

A aposentadoria por invalidez consiste em uma renda mensal vitalícia ao participante-titular que for considerado totalmente inválido para o exercício de atividade remunerada e incapaz de readaptação, em exame médico realizado por junta médica indicada, tudo em conformidade com a Lei Federal e as disposições específicas da legislação municipal.

A renda é paga enquanto permanecer a condição de invalidez.

O provento de aposentadoria por invalidez é sempre proporcional ao tempo de contribuição, exceto se a invalidez for decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, conforme especificado em lei.

A renda mensal inicial é reajustada na forma do Regulamento do RPPS e o valor inicial estabelecido em conformidade com a regra aplicável ao participante.

Em qualquer hipótese, é garantido um benefício inicial equivalente, pelo menos, ao salário mínimo vigente.

Considera-se acidente em serviço aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Equipara-se ao acidente em serviço, dentre outros:

- a) o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;
- b) acidente sofrido pelo segurado no local e horário do trabalho, em consequência de:
  - i. ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
  - ii. ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;

- iii. ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
  - iv. ato de pessoa privada do uso da razão; e
  - v. desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.
- c) a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo;
- d) o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:
- i. na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
  - ii. na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
  - iii. em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e.
  - iv. no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

São também considerados no exercício do cargo, os períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante.

Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, as estabelecidas pela legislação vigente na data-base do presente estudo, tais como:

- a) tuberculose ativa;
- b) hanseníase;
- c) alienação mental;
- d) neoplasia maligna;
- e) cegueira posterior ao ingresso no serviço público;
- f) paralisia irreversível e incapacitante;
- g) cardiopatia descompensada;
- h) doença de Parkinson;
- i) espondiloartrose anquilosante;
- j) nefropatia grave;
- k) estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante);
- l) síndrome da deficiência imunológica adquirida-Aids;
- m) contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada;
- n) hepatopatia grave e leucemia;
- o) pênfigo foleáceo; e
- p) outras que vierem a ser assim definidas em lei.

### **5.3 Aposentadoria Compulsória**

A aposentadoria compulsória consiste em uma renda mensal vitalícia ao participante-titular, depois de satisfeitas as condições necessárias para a sua concessão.

A aposentadoria é concedida ao participante-titular aos 70 anos de idade, nos termos da Constituição Federal e respectivas Emendas Constitucionais, observadas a regra permanente e as regras de transição estabelecidas nesses dispositivos, bem como à luz da legislação municipal e dispositivos infralegais pertinentes.

É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria, pelo mesmo participante-titular, por conta do RPPS, salvo os casos permitidos em Lei.

A renda mensal inicial é reajustada na forma do Regulamento do RPPS e o valor inicial estabelecido em conformidade com a regra aplicável ao participante que conduza ao maior valor de Renda mensal Inicial (RMI).

Em qualquer hipótese, é garantido um benefício inicial equivalente, pelo menos, ao salário mínimo vigente.

A formulação, bem como a taxa de contribuição, está inserida na Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pois, em termos de cálculo, o presente benefício é tratado como um caso particular da Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

### **5.4 Aposentadoria por Idade**

A aposentadoria por idade é proporcional ao tempo de contribuição e consiste em uma renda mensal vitalícia ao participante-titular, depois de satisfeitas as condições necessárias para a sua concessão.

A aposentadoria é concedida nos termos da Constituição Federal e respectivas Emendas Constitucionais, observadas a regra permanente e as regras de transição estabelecidas nesses dispositivos, bem como à luz da legislação municipal e dispositivos infralegais pertinentes.

É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria, pelo mesmo participante-titular, por conta do RPPS, salvo os casos permitidos em Lei.

A renda mensal inicial é reajustada na forma do Regulamento do RPPS e o valor inicial estabelecido em conformidade com a regra aplicável ao participante que conduza ao maior valor de Renda mensal Inicial (RMI).

Em qualquer hipótese, é garantido um benefício inicial equivalente, pelo menos, ao salário mínimo vigente.

A formulação, bem como a taxa de contribuição, está inserida na Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pois o presente benefício é tratado, para fins de cálculo como um caso particular da Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

### **5.5 Pensão por Morte**

A pensão por morte consiste em uma renda mensal, vitalícia ou temporária, de acordo com a situação do(s) beneficiário(s) do participante-titular.

A pensão é concedida ao conjunto de beneficiários habilitados na data de sua concessão, sendo a cota parte individual de cada beneficiário reversível ao conjunto, quando de sua inabilitação ou extinção de seu direito.

A pensão por morte é concedida nos termos da Constituição Federal e respectivas Emendas Constitucionais, observadas a regra permanente e as regras de transição estabelecidas nesses dispositivos, bem como à luz da legislação municipal e dispositivos infralegais pertinentes.

A renda mensal inicial é reajustada na forma do Regulamento do RPPS e o valor inicial estabelecido em conformidade com a regra aplicável ao participante-titular.

Em qualquer hipótese, é garantido um benefício inicial ao conjunto de beneficiário equivalente, pelo menos, ao salário mínimo vigente.

### **5.6 Auxílio Doença**

O auxílio-doença consiste em uma renda mensal e temporária, correspondente ao último salário de contribuição, devido ao participante-titular ativo que venha ficar incapacitado para o trabalho, em razão de doença ou acidente, por período superior a 15 dias consecutivos. A incapacidade para o trabalho deve ser atestada por junta médica designada pelo RPPS.

Nos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento do participante por motivo de doença ou acidente, é responsabilidade do ente/órgão empregador o pagamento da sua remuneração.

Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença ou acidente, dentro do período de sessenta dias seguintes à cessação do benefício anterior, este será prorrogado, ficando o ente/órgão desobrigado do pagamento relativo aos primeiros quinze dias.

O participante em gozo de auxílio-doença cuja recuperação para exercício do seu cargo ou readaptação seja impossível, poderá ser aposentado por invalidez.

### **5.7 Auxílio Reclusão**

O auxílio-reclusão consiste em uma renda mensal e temporária, correspondente ao salário de benefício calculado (equivalente ao último salário de contribuição), a ser paga ao conjunto de dependentes do participante-titular detento recluso, enquanto tal situação perdurar.

Para a percepção do benefício pelos dependentes, o participante titular deve ter salário de contribuição igual ou inferior ao limite estabelecido em lei para elegibilidade ao benefício e não estar recebendo outra remuneração do Ente.

O auxílio-reclusão será concedido nas mesmas condições estabelecidas para a pensão por



morte. Ocorrendo a morte do participante, o auxílio-reclusão será automaticamente convertido em pensão por morte.

### **5.8 Salário-Maternidade**

O Salário-Maternidade consiste em uma renda mensal e temporária por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, com início entre 28 (vinte e oito dias) antes do parto e a data de ocorrência deste, devida à participante-titular gestante, equivalente ao último salário de contribuição.

O salário-maternidade não acumulável com benefício por incapacidade (auxílio-doença, auxílio-acidente, etc.).

Da mesma forma, o salário-maternidade não se acumula com o pagamento da remuneração da participante ativa. Uma vez iniciado o pagamento do salário-maternidade, o ente/órgão empregador deve interromper o pagamento da remuneração à mesma, restabelecendo-o apenas quando cessar o período de concessão do benefício.

### **5.9 Condições de Elegibilidade e Regras de Transição**

As Emendas Constitucionais no. 20/98, 41/03 e 47/05, cada uma a seu tempo, estabeleceram regras e critérios para a concessão de benefícios, gerando diversos grupos, face as regras de transição e o reconhecimento de direitos anterior às suas vigências.

Apesar da Emenda Constitucional 20/98 ter alterado e estabelecido várias regras e critérios, a Emenda Constitucional no. 41/03 é a que gerou maior impacto até o momento, segundo nosso entendimento, pois veio a esclarecer, confirmar e explicitar em seu bojo, disposições, entendimentos e práticas pouco claras até então. Dentre outras, as alterações mais significativas da EC 41/03 foram:

- a) Estabelecimento de uma Regra de Transição adicional: Os servidores que tenham ingressado no serviço público até 15 de dezembro de 1998 poderão requerer a aposentadoria por tempo de contribuição, desde que tenham, no mínimo, 53 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, ou 48 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher, além do pedágio de 20% no tempo de contribuição estabelecido pela EC 20/98. Para aqueles que utilizarem dessa faculdade, haverá um abatimento de 3,5% por ano de antecipação em relação às idades de 60 anos e 55 anos, se homem ou mulher respectivamente, caso o servidor cumpra os requisitos para a aposentadoria até dezembro de 2005, ou de 5% por ano de antecipação a essas idades, caso servidor cumpra os requisitos após dezembro de 2005;
- b) Benefício Inicial pela Média: cálculo da renda mensal inicial (RMI) pela média salarial obtida por meio de 80% dos maiores salários de contribuição, atualizados monetariamente, do período de 1994 até a data de aposentadoria;
- c) Pensões: benefício de pensão integral ao servidor, para proventos até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, ou parcial (teto do RGPS acrescido de 70% da parcela excedente a este limite) para proventos que excedam a aquele limite;

- d) Fim da paridade: para aqueles que se aposentarem pelas regras da EC 41/03 e não optarem por uma regra de transição, é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. Na falta de lei específica na esfera do Ente, são aplicados os mesmos índices e na mesma periodicidade dos reajustes concedidos aos benefícios do RGPS;
- e) Previdência Complementar e Teto de Benefício: é facultada a criação de sistema de previdência complementar para os servidores públicos, na esfera de cada Ente, por meio de Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com planos na modalidade de contribuição definida;
- f) Teto de Benefícios: o valor do benefício inicial dos servidores passa a ter como limite o seu último salário de contribuição;
- g) Teto remuneratório: Os valores recebidos pelos servidores públicos, bem como as aposentadorias e pensões, não poderão mais exceder:
- i. no âmbito da União, o valor do subsídio de Ministro do STF;
  - ii. nos Estados e no Distrito Federal, a remuneração mensal ou o subsídio mensal:
    1. do Governador, no âmbito do Poder Executivo;
    2. dos Deputados Estaduais e Distritais, no âmbito do Poder Legislativo; e
    3. dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos, ficando o destes últimos limitado a 90,25% do subsídio mensal dos Ministros do STF; e,
  - iii. nos Municípios, o subsídio do Prefeito.
- h) Contribuição de inativos e pensionistas: passa a ser cobrada sobre a parcela dos proventos que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

De maneira a propiciar melhor entendimento, as condições de elegibilidade e regras de transição são apresentadas a seguir na forma de tabelas, segundo o texto da Orientação Normativa da Secretaria de Políticas Previdêcia Social do Ministério da Previdência Social.

### 5.10 Regras Permanentes

<b>Quadro P1</b>
<b>APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE</b> <b>(art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/2003)</b>
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações.
<b>HOMEM/MULHER</b>
Invalidez permanente comum: proventos proporcionais ao tempo de serviço Invalidez permanente decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei: proventos integrais
<b>Forma de cálculo:</b> Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.
<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.
<b>Reajuste do Benefício:</b> Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08)
<b>Observação:</b> Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais considerou-se a última remuneração no cargo efetivo

<b>Quadro P2</b>
<b>APOSENTADORIA COMPULSÓRIA</b> <b>(art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/2003)</b>
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações.
<b>HOMEM/MULHER</b>
Aposentadoria aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição
<b>Forma de cálculo:</b> Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.
<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.
<b>Reajuste do Benefício:</b> Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08)
<b>Observação:</b> Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais considerou-se a última remuneração no cargo efetivo

<b>Quadro P3 – Homem</b>	
<b>POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO</b>	
<b>Art. 40, § 1º, inciso III, “a” da CF, com redação da EC nº 41/2003</b>	
Aplicáveis aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2004, ou àqueles que não optaram pelas regras dos art. 2º e 6º da EC 41/03 ou do art. 3º da EC 47/05.	
<b>HOMEM</b>	
<b>Professor (*)</b>	<b>Demais Servidores</b>
<b>Tempo de contribuição:</b> 10950 dias (30anos) <b>Tempo no serviço público:</b> 3650 dias (10anos) <b>Tempo no cargo:</b> 1825 dias (5anos) <b>Idade mínima:</b> 55 anos	<b>Tempo de contribuição:</b> 12775 dias (35anos) <b>Tempo no serviço público:</b> 3650 dias (10anos) <b>Tempo no cargo:</b> 1825 dias (5anos) <b>Idade mínima:</b> 60 anos
<b>Forma de cálculo:</b> Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.	<b>Forma de cálculo:</b> Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994
<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.	<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.
<b>Reajuste do Benefício:</b> Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08)	<b>Reajuste do Benefício:</b> Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).
<b>Observação:</b> - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo. - (*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.	<b>Observação:</b> - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo

<b>Quadro P3 - Mulher</b>	
<b>POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO</b> <b>Art. 40, § 1º, inciso III, “a” da CF, com redação da EC nº 41/2003</b>	
Aplicáveis aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2004, ou àqueles que não optaram pelas regras dos art. 2º e 6º da EC 41/03 ou do art. 3º da EC 47/05	
<b>MULHER</b>	
<b>Professora (*)</b>	<b>Demais Servidores</b>
<b>Tempo de contribuição:</b> 9125 dias (25anos) <b>Tempo no serviço público:</b> 3650 dias (10anos) <b>Tempo no cargo:</b> 1825 dias (5anos) <b>Idade mínima:</b> 50 anos	<b>Tempo de contribuição:</b> 10950 dias (30anos) <b>Tempo no serviço público:</b> 3650 dias (10anos) <b>Tempo no cargo:</b> 1825 dias (5anos) <b>Idade mínima:</b> 55 anos
<b>Forma de cálculo:</b> Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.	<b>Forma de cálculo:</b> Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994
<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.	<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.
<b>Reajuste do Benefício:</b> Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).	<b>Reajuste do Benefício:</b> Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).
<b>Observação:</b> - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo; - (*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.	<b>Observação:</b> - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo.

<b>Quadro P4</b>	
<b>POR IDADE</b>	
<b>Art. 40, § 1º, inciso III, “b” da CF, com redação da EC nº 41/2003</b>	
Aplicáveis aos servidores titulares de cargos efetivos da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2004, ou àqueles que não optaram pelas regras dos art. 2º e 6º da EC 41/03 ou do art. 3º da EC 47/05.	
<b>HOMEM</b>	<b>MULHER</b>
<b>Tempo no serviço público:</b> 3650 dias (10 anos) <b>Tempo no cargo:</b> 1825 dias (5 anos) <b>Idade mínima:</b> 65 anos	<b>Tempo no serviço público:</b> 3650 dias (10anos) <b>Tempo no cargo:</b> 1825 dias (5 anos) <b>Idade mínima:</b> 60 anos
<b>Forma de cálculo:</b> Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994. Proventos proporcionais ao tempo de contribuição.	<b>Forma de cálculo:</b> Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994. Proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.	<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.
<b>Reajuste do Benefício:</b> Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).	<b>Reajuste do Benefício:</b> Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).
<b>Observação:</b> - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo.	<b>Observação:</b> - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo.

### 5.11 Regras de Transição

<b>Quadro T1</b>	
<b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - (art. 2º da EC 41/2003)</b>	
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas as autarquias e fundações, que tenham ingressado até 16/12/1998.	
<b>HOMEM</b>	<b>MULHER</b>
Tempo de contribuição: 12775 dias (35 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 53 anos Pedágio: Acréscimo de 20% no tempo que faltava em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.	Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5anos) Idade mínima: 48 anos Pedágio: Acréscimo de 20% no tempo que faltava em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.
<b>Forma de cálculo:</b> Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994. Posteriormente, aplica-se a tabela de redução	<b>Forma de cálculo:</b> Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994. Posteriormente, aplica-se a tabela de redução
<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do cargo efetivo.	<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do cargo efetivo.
<b>Reajuste do Benefício:</b> Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).	<b>Reajuste do Benefício:</b> Os proventos serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS (redação dada pelo art. 171 da Lei no. 11.784/08).
<b>Observação:</b> - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo; - <b>Regra Especial para Professor:</b> Acréscimo de 17% no tempo de efetivo exercício até 16/12/98, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de magistério, incluindo-se o magistério que não seja de educação infantil e do ensino fundamental e médio. Calcula-se primeiro o bônus de 17% e depois o pedágio; - <b>Regra Especial para Magistrados, membros do Ministério Público e do TCU:</b> Acréscimo de 17% no tempo de efetivo exercício até 16/12/98. Calcula-se primeiro o bônus de 17% e depois o pedágio.	<b>Observação:</b> - Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais se considerou a última remuneração no cargo efetivo; - <b>Regra Especial para Professora:</b> Acréscimo de 20% no tempo de efetivo exercício até 16/12/98, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de magistério, incluindo-se o magistério que não seja de educação infantil e ensino fundamental e médio. Calcula-se primeiro o bônus de 20% e depois o pedágio.

<b>Quadro T2 – Homem</b>	
<b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - (art. 6º da EC 41/03)</b>	
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público até 31/12/2003.	
<b>HOMEM</b>	
<b>Professor (*)</b>	<b>Demais Servidores</b>
Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos) Tempo no serviço público: 7300 dias (20 anos) Tempo na carreira: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 55 anos.	Tempo de contribuição: 12775 dias (35 anos) Tempo no serviço público: 7300 dias (20 anos) Tempo na carreira: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 60 anos
<b>Forma de cálculo:</b> Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)	<b>Forma de cálculo:</b> Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)
<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.	<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.
<b>Reajuste do Benefício:</b> Paridade com a remuneração dos servidores ativos	<b>Reajuste do Benefício:</b> Paridade com a remuneração dos servidores ativos
<b>Observação:</b> - (*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.	



<b>Quadro T2 – Mulher</b>	
<b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - (art. 6º da EC 41/03)</b>	
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público até 31/12/2003.	
<b>MULHER</b>	
<b>Professora (*)</b>	<b>Demais Servidoras</b>
Tempo de contribuição: 9125 dias (25 anos) Tempo no serviço público: 7300 dias (20 anos) Tempo na carreira: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 50 anos	Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos) Tempo no serviço público: 7300 dias (20 anos) Tempo na carreira: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 55 anos
<b>Forma de cálculo:</b> Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)	<b>Forma de cálculo:</b> Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)
<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.	<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.
<b>Reajuste do Benefício:</b> Paridade com a remuneração dos servidores ativos	<b>Reajuste do Benefício:</b> Paridade com a remuneração dos servidores ativos
<b>Observação:</b> - (*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para a professora que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.	

<b>Quadro T3</b>	
<b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - (art. 3º da EC 47/05)</b>	
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público até 16/12/1998.	
<b>HOMEM</b>	<b>MULHER</b>
<b>Tempo de contribuição:</b> 12775 dias (35 anos) <b>Tempo no serviço público:</b> 9125 dias (25 anos) <b>Tempo na carreira:</b> 5475 dias (15 anos) <b>Tempo no cargo:</b> 1825 dias (5 anos) <b>Idade mínima conforme fórmula abaixo:</b>  <div style="text-align: center;">Idade Mínima = 95 – TC,</div> Onde: TC: tempo de contribuição e TC >= 35 anos	<b>Tempo de contribuição:</b> 10950 dias (30 anos) <b>Tempo no serviço público:</b> 9125 dias (25anos) <b>Tempo na carreira:</b> 5475 dias (15 anos) <b>Tempo no cargo:</b> 1825 dias (5 anos) <b>Idade mínima conforme tabela abaixo:</b>  <div style="text-align: center;">Idade Mínima = 85 – TC</div> Onde: TC: tempo de contribuição e TC >= 30 anos
<b>Forma de cálculo:</b> Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)	<b>Forma de cálculo:</b> Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)
<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.	<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.
<b>Reajuste do Benefício:</b> Paridade com a remuneração dos servidores ativos	<b>Reajuste do Benefício:</b> Paridade com a remuneração dos servidores ativos
<b>Observação:</b> - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.	<b>Observação:</b> - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.

**5.12 Direito Adquirido**

<b>Quadro DA1 – Homem</b>	
<b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – Por idade e Tempo de Contribuição</b> <b>Art. 40, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal na redação dada pela EC nº 20, de 1998</b> <b>Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003</b> <b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA (Art. 3º da EC 41/03)</b>	
Regras aplicáveis aos servidores titulares de cargos efetivos que preencheram todas as condições de elegibilidade estabelecidas até 31/12/2003.	
<b>HOMEM</b>	
<b>Professor (*)</b>	<b>Demais Servidores</b>
Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 55 anos	Tempo de contribuição: 12775 dias (35 anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos) Idade mínima: 60 anos
<b>Forma de cálculo:</b> Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)	<b>Forma de cálculo:</b> Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)
<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.	<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.
<b>Reajuste do Benefício:</b> Paridade com a remuneração dos servidores ativos	<b>Reajuste do Benefício:</b> Paridade com a remuneração dos servidores ativos
<b>Observação:</b> - (*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio; - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.	<b>Observação:</b> - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.

<b>Quadro DA-1 Mulher</b>	
<b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – Por idade e Tempo de Contribuição</b> <b>Art. 40, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal na redação dada pela EC nº 20, de 1998</b> <b>Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003</b> <b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA (Art. 3º da EC 41/03)</b>	
Regras aplicáveis aos servidores titulares de cargos efetivos que preencheram todas as condições de elegibilidade estabelecidas até 31/12/2003.	
<b>MULHER</b>	
<b>Professora (*)</b>	<b>Demais Servidores</b>
Tempo de contribuição: 9125 dias (25 anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (cinco anos) Idade mínima: 50 anos	Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos) Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos) Tempo no cargo: 1825 dias (cinco anos) Idade mínima: 55 anos
<b>Forma de cálculo:</b> Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)	<b>Forma de cálculo:</b> Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)
<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.	<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.
<b>Reajuste do Benefício:</b> Paridade com a remuneração dos servidores ativos	<b>Reajuste do Benefício:</b> Paridade com a remuneração dos servidores ativos
<b>Observação:</b> - (*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio; - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.	<b>Observação:</b> - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.

<b>Quadro DA2</b>	
<b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE</b>	
<b>Art. 40, inciso III, alínea “b” da Constituição Federal na redação dada pela EC nº 20, de 1998</b>	
<b>Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003</b>	
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público até 16/12/1998.	
<b>HOMEM</b>	<b>MULHER</b>
<b>Tempo no serviço público:</b> 3650 dias (10 anos) <b>Tempo no cargo:</b> 1825 dias (5 anos) <b>Idade mínima:</b> 65 anos	<b>Tempo no serviço público:</b> 3650 dias (10 anos) <b>Tempo no cargo:</b> 1825 dias (cinco anos) <b>Idade mínima:</b> 60 anos
<b>Forma de cálculo:</b> Proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados sobre a última remuneração no cargo efetivo.	<b>Forma de cálculo:</b> Proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados sobre a última remuneração no cargo efetivo.
<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.	<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.
<b>Reajuste do Benefício:</b> Paridade com a remuneração dos servidores ativos	<b>Reajuste do Benefício:</b> Paridade com a remuneração dos servidores ativos
<b>Observação:</b> - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.	<b>Observação:</b> - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.

<b>Quadro DA3</b>	
<b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - REGRA DE TRANSIÇÃO –PROVENTOS PROPORCIONAIS - Art. 8º, § 1º da EC Nº 20/98</b>	
<b>Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003</b>	
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público com Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003	
<b>HOMEM</b>	<b>MULHER</b>
<b>Tempo de contribuição:</b> 10950 (30 anos) <b>Tempo no cargo:</b> 1825 (5 anos) <b>Idade mínima:</b> 53 anos <b>Pedágio:</b> Acréscimo de 40% no tempo que faltava em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.	<b>Tempo de contribuição:</b> 9125 dias (25 anos) <b>Tempo no cargo:</b> 1825 dias (5 anos) <b>Idade mínima:</b> 48 anos Pedágio: Acréscimo de 40% no tempo que faltava em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.
<b>Forma de cálculo:</b> Proventos proporcionais equivalentes a 70% do valor máximo que o servidor poderia obter, acrescido de 5% por ano de contribuição que supere o tempo de contribuição de 30 anos acrescido do pedágio. O acréscimo é computado a partir do momento em que o servidor atinge o tempo de contribuição independentemente de ter completado a idade mínima.	<b>Forma de cálculo:</b> Proventos proporcionais equivalentes a 70% do valor máximo que o servidor poderia obter, acrescido de 5% por ano de contribuição que supere o tempo de contribuição de 25 anos acrescido do pedágio. O acréscimo é computado a partir do momento em que o servidor atinge o tempo de contribuição independentemente de ter completado a idade mínima
<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.	<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.
<b>Reajuste do Benefício:</b> Paridade com a remuneração dos servidores ativos	<b>Reajuste do Benefício:</b> Paridade com a remuneração dos servidores ativos
<b>Observação:</b> - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor. <b>- Regra Especial para Magistrados, membros do Ministério Público e do TCU, se homem:</b> Acréscimo de 17% no tempo exercido até 16/12/98.	<b>Observação:</b> - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor.

<b>Quadro DA4</b>	
<b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - REGRA DE TRANSIÇÃO</b> <b>Caput do art. 8º da EC Nº 20/98 – PROVENTOS INTEGRAIS</b> <b>Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003</b>	
Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público com Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003	
<b>HOMEM</b>	<b>MULHER</b>
<b>Tempo de contribuição:</b> 12775 (35 anos) <b>Tempo no cargo:</b> 1825 (5 anos) <b>Idade mínima:</b> 53 anos <b>Pedágio:</b> Acréscimo de 20% no tempo que faltava, em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.	<b>Tempo de contribuição:</b> 10950 dias (30 anos) <b>Tempo no cargo:</b> 1825 dias (5 anos) <b>Idade mínima:</b> 48 anos <b>Pedágio:</b> Acréscimo de 20% no tempo que faltava, em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.
<b>Forma de cálculo:</b> Proventos integrais correspondentes à última remuneração do cargo efetivo.	<b>Forma de cálculo:</b> Proventos integrais correspondentes à última remuneração do cargo efetivo.
<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.	<b>Teto do benefício:</b> Remuneração do servidor no cargo efetivo.
<b>Reajuste do Benefício:</b> Paridade com a remuneração dos servidores ativos	<b>Reajuste do Benefício:</b> Paridade com a remuneração dos servidores ativos
<b>Observação:</b> - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor. <b>- Regra Especial para Professor, inclusive para o que não seja de ensino fundamental e médio:</b> Acréscimo de 17% no tempo exercido até 16/12/98, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo nas funções de magistério; <b>- Regra Especial para Magistrados, membros do Ministério Público e do TCU, se homem:</b> Acréscimo de 17% no tempo exercido até 16/12/98.	<b>Observação:</b> - Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor. <b>- Regra Especial para Professora, inclusive para a que não seja de ensino fundamental e médio:</b> Acréscimo de 20% no tempo exercido até 16/12/98, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo nas funções de magistério.

**5.13 Tabela de Redução para concessão de Aposentadorias pela Regra de Transição**

<b>Quadro TR1</b>		
<b>TABELAS DE REDUÇÃO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PELA REGRA DE TRANSIÇÃO (art. 2º da EC 41/03)</b>		
Servidor que completar os requisitos do art. 2º da EC 41/2003 <b>até 31/12/2005</b> , incluindo professores que não sejam de educação infantil e do ensino fundamental e médio.		
<b>Idade Homem/Mulher</b>	<b>% a Reduzir (3,5 % aa)</b>	<b>% a Receber</b>
53 / 48	24,5 %	75,5 %
54 / 49	21,0 %	79,0 %
55 / 50	17,5 %	82,5 %
56 / 51	14,0 %	86,0 %
57 / 52	10,5 %	89,5 %
58 / 53	7,0 %	93,0 %
59 / 54	3,5 %	96,5 %
60 / 55	Zero	100%

<b>Quadro TR2</b>		
<b>TABELAS DE REDUÇÃO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PELA REGRA DE TRANSIÇÃO (art. 2º da EC 41/03)</b>		
Servidor que completar os requisitos do art. 2º da EC 41/2003 <b>após 31/12/2005</b> , incluindo professores que não sejam de educação infantil e do ensino fundamental e médio.		
<b>Idade Homem/Mulher</b>	<b>% a Reduzir (5,0 % aa)</b>	<b>% a Receber</b>
53 / 48	35 %	65 %
54 / 49	30 %	70 %
55 / 50	25 %	75 %
56 / 51	20 %	80 %
57 / 52	15 %	85 %
58 / 53	10 %	90 %
59 / 54	5 %	95 %
60 / 55	Zero	100%



**Quadro TR3****TABELAS DE REDUÇÃO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PELA REGRA DE TRANSIÇÃO (art. 2º da EC 41/03)**

Para professor de educação infantil e do ensino fundamental e médio que completar os requisitos do art. 2º da EC 41/2003 **até 31/12/2005** (\*)

<b>Idade Homem/Mulher (**)</b>	<b>% a Reduzir (3,5 % aa)</b>	<b>% a Receber</b>
53 / 48	7,0 %	93,0 %
54 / 49	3,5 %	96,5 %
55 / 50	Zero	100 %

\* Para o cálculo dos proventos dos professores, pela regra de transição, não será aplicada a redução de idade e tempo de contribuição prevista no § 5º do Art. 40 da CF, apenas o disposto no § 4º do art. 2º da EC 41/2003.

\*\* Para o cálculo do redutor previsto no § 1º do Art. 2º da EC 41/2003 aplica-se a redução estabelecida no § 5º do Art. 40 da CF.

**Quadro TR4****TABELAS DE REDUÇÃO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PELA REGRA DE TRANSIÇÃO (art. 2º da EC 41/03)**

Para professor de educação infantil e do ensino fundamental e médio que completar os requisitos do art. 2º da EC 41/2003 **após 31/12/2005** (\*)

<b>Idade Homem/Mulher (**)</b>	<b>% a Reduzir (5,0 % aa)</b>	<b>% a Receber</b>
53 / 48	10 %	90 %
54 / 49	5 %	95 %
55 / 50	0 %	100 %

\* Para o cálculo dos proventos dos professores, pela regra de transição, não será aplicada a redução de idade e tempo de contribuição prevista no § 5º do Art. 40 da CF, apenas o disposto no § 4º do art. 2º da EC 41/2003.

\*\* Para o cálculo do redutor previsto no § 1º do Art. 2º da EC 41/2003 aplica-se a redução estabelecida no § 5º do Art. 40 da CF.

## **6. HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAIS**

### **6.1 Taxa Real de Juros**

Utilizamos taxa de juros reais de 6 % a.a (seis por cento) ou sua equivalente mensal.

### **6.2 Crescimento dos Salários (Crescimento da Remuneração ao Longo da Carreira)**

Estimativa de crescimento real dos salários dos ativos de 1,0% aa. Cabe ressaltar que o parâmetro mínimo recomendado pela legislação em vigor é da ordem de 1,00% aa.

### **6.3 Crescimento dos Benefícios**

Estimativa de crescimento real dos benefícios: ZERO.

### **6.4 Turn-over (Rotatividade)**

Dada às características da massa segurada, quais sejam, servidores públicos efetivos, consideramos ZERO como taxa de turn-over.

### **6.5 Compensação Financeira**

Para os servidores sem informação sobre o tempo anterior de contribuição a algum sistema de previdência, a compensação foi estimada, baseada na data de entrada do servidor no serviço público e a data considerada para o ingresso no mercado de trabalho.

Foram observados os parâmetros e o limite estabelecido de compensação previdenciária a receber, dispostos no art. 11 da Portaria MPS 403/08.

### **6.6 Novos Entrados & Crescimento da Massa de Servidores & Gerações Futuras**

Não recomendamos a adoção dessa hipótese, por entendermos que podem distorcer as reais exigibilidades a curto e médio prazo, bem como por estabelecerem um cenário de futuro muito longo.

Contudo, segundo o entendimento da SPS/MPS, como o art. 17 da Portaria MPS 403/2008, com a redação produzida pela alteração publicada no Diário Oficial da União em 18/01/2013, estabeleceu a adoção obrigatória dessa hipótese, para o exercício de 2012, DRAA 2013. Em 2014, nova modificação da Portaria proibiu a utilização da hipótese, para fins de resultado, mas exigiu que fosse calculado um Fluxo de Receitas e Despesas considerando a Geração Futura.

Ressaltamos que tal hipótese encontra suporte tanto técnico quanto legal, sendo acolhida pela bibliografia técnica de referência da Ciência Atuarial. Porém, temos desaconselhado sua utilização, em virtude do horizonte temporal que contempla, das componentes conjunturais/políticas que encerra, da tendência a distorcer as reais exigibilidades financeiras de curto e médio prazo do plano, bem como em virtude de ser de adoção temerária em uma massa reduzida de participantes.

Entretanto, quando utilizada, a reposição de massa, na proporção de 1 para 1, apesar das ressalvas anteriormente elencadas, foi estabelecida com as seguintes premissas e parâmetros básicos, dentre outros:

- a) não-estimação de compensação previdenciária para a massa reposta, sob a premissa de não existência de tempo anterior a algum regime de previdência;
- b) reposição do servidor, no ano seguinte (ou postergada de “n” anos, conforme a experiência do RPPS) à sua saída por morte, invalidez ou inatividade, na idade padrão de entrada no serviço público, observado o sexo, a atividade e o salário de contribuição do servidor;
- c) salário de contribuição do servidor da geração futura sem os quinquênios e anuênios, se existentes, no salário do servidor reposto;
- d) reposição em função da data de saída, limitada ao horizonte temporal exigido pelas disposições infralegais.

## 6.7 Bases Biométricas

O comportamento da população contemplada pelo presente plano de benefícios foi estimado por meio das seguintes tábuas biométricas:

- a) Tábua de Mortalidade para válidos (ativos e inativos) e pensionistas ( $q_x$ ): AT-1983-Male;
- b) Tábua de Mortalidade para Inválidos ( $q_x^i$ ): Tábua atual de mortalidade elaborada para ambos os sexos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, divulgada no sítio do Ministério da Previdência Social;
- c) Tábua de Entrada em Invalidez ( $i_x$ ): Álvaro Vindas.

## 6.8 Composição Familiar

Optamos por adotar as seguintes hipóteses, tendo em vista a redistribuição da cota de pensão prevista para o benefício de pensão, o critério de elegibilidade de beneficiários, na eventual falta de informação sobre cônjuge e para as estimativas da Geração Futura:

- a) cada participante-titular (ativo ou aposentado) tem, pelo menos, um cônjuge ou companheira(o), para o qual deixará uma pensão vitalícia;
- b) o cônjuge ou companheira(o) é 3 anos mais novo que o participante-titular, se este for do sexo masculino, ou 3 anos mais velho, se do sexo feminino. Para cônjuges do mesmo sexo, a idade do titular;
- c) não existência de cônjuges para titulares com idade inferior a 30 anos, se masculino, e 28 anos, se feminino.

Tais hipóteses, apesar de poderem, por vezes, conduzir a encargos maiores do que a real composição familiar da massa de participantes, apresentam a vantagem:

- a) de suplantarem eventuais inconsistências cadastrais por falta de interesse dos participantes ativos e inativos em manter atualizado o rol de beneficiários, visto ser direito daqueles informar os beneficiários e não dever; e
- b) contornarem o aparecimento de beneficiário(s) para o benefício de pensão por morte, após a ocorrência do evento, sem que tenha sido providenciado, a priori, sua inscrição pelo participante-titular.

Cabe observar, entretanto, que o RPPS possui o cadastro de beneficiários e que o mesmo foi recebido e utilizado para a realização do estudo.

### **6.9 Capacidade Salarial**

Como fator de capacidade salarial adotou-se 100%.

### **6.10 Capacidade de Benefício**

Como fator de capacidade de benefícios adotou-se 100%.

### **6.11 Estimativa de Crescimento Real do Teto do RGPS**

Como estimativa de crescimento do teto-de-contribuição do Regime Geral de Previdência Social, adotamos 0,00 % aa (zero), para fins de cálculo da contribuição dos inativos e pensionistas que incide sobre a parcela do montante de benefício concedido pelo RPPS que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

### **6.12 Outras Hipóteses e Considerações**

Após análise da massa de dados de cálculo e dentro do princípio de *melhor estimativa de passivo*, quando necessário consideramos que:

- a) os participantes-ativos sempre optarão pela regra de aposentadoria que lhes garantam o maior valor de benefício inicial, exceto no caso de atingirem a idade de aposentadoria compulsória, antes de completarem os requisitos necessários para a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição;
- b) os participantes custearão os benefícios, em conformidade com o previsto na lei que rege o RPPS e no regulamento do plano de benefícios;
- c) na eventual falta de informação relativa ao tempo anterior do servidor em algum sistema de previdência social, a idade de ingresso dos participantes-ativos em algum regime foi estimada por meio da conjugação da idade de ingresso no RPPS, da idade atual, do sexo e da respectiva lotação e cargo do servidor, adotando-se como limite inferior, a idade de 27/26 (feminino/masculino) anos, bem como um limite máximo para o número de meses (36 meses) admitido de compensação previdenciária. No

caso de servidores com idade inferior à estimativa, foi adotada a respectiva idade de entrada do servidor;

- d) os eventos de invalidez que se verificarão gerarão sempre benefícios integrais de aposentadoria por invalidez.

## 7. REGIMES FINANCEIROS

Adotamos os seguintes regimes financeiros / métodos, de acordo com a duração e custo de cada benefício:

- a) Aposentadoria por Tempo de Contribuição: Capitalização / Idade Normal de Entrada;
- b) Aposentadoria por Invalidez: Repartição de Capitais de Cobertura;
- c) Aposentadoria por Idade, Proporcional e Compulsória: Capitalização / Idade Normal de Entrada;
- d) Pensão de ativos: Repartição de Capitais de Cobertura;
- e) Pensão de Inativos: Capitalização / Individual Level Premium (a prêmio nivelado, em tradução livre);
- f) Auxílios Previdenciários (todos): Repartição Simples.

Com relação a tais regimes, cabe esclarecer que a conjugação dos diversos regimes financeiros para os diversos benefícios apresenta um custo mais baixo em médio prazo, conjugado com um equilíbrio técnico aceitável no mesmo período. Todavia, requer acompanhamento e revisão constante do custo e rigor nas normas de concessão e manutenção dos benefícios.

## 8. PLANO DE CUSTEIO E RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

### 8.1 Valores Resultantes da Avaliação Atuarial

Em função dos dados recebidos, hipóteses adotadas e dos cálculos realizados, obtivemos os seguintes resultados e verificamos os seguintes valores, excluídos os efeitos da Geração Futura:

Quadro Q16 - Valores Resultantes da Avaliação Atuarial

No.	Resultados / Observações	Regime de Capitalização	Regime de Repartição
1	Rentabilidade nominal anual alcançada (%)	N/D	
2	Rentabilidade nominal anual exigida (%)	12,6674%	
3	Ativo do Plano	R\$ 0,00	
4	Resultado Atuarial do Plano, sem considerar Geração Futura	R\$ 117.503.911,67	N/A
5	Valor atual dos benefícios futuros (benefícios a conceder)	R\$ 164.771.755,86	N/A
6	Valor atual dos benefícios futuros (benefícios concedidos)	R\$ 33.798.398,00	N/A
7	Provisões Matemáticas	R\$ 117.503.911,67	N/A
8	Valor Atual dos Salários Futuros, em x, de Ativos	R\$ 250.661.326,72	R\$ 26.161.994,30
9	Valor atual da compensação financeira - a receber	R\$ 15.438.095,68	N/A
10	Valor atual da compensação financeira - a pagar	Zero	N/A
11	Valor atual das contribuições normais futuras do ente, referente a benefícios concedidos.	Zero	N/A
12	Valor atual das contribuições futuras do ativo, aposentado e pensionista, referente a benefícios concedidos.	R\$ 0,00	N/A
13	Valor atual das contribuições normais futuras do ente, referente aos benefícios a conceder.	R\$ 43.606.248,25	N/A
14	Valor atual das contribuições futuras do ativo, aposentado e pensionista, referente aos benefícios a conceder.	R\$ 21.842.838,38	N/A
15	Folha salarial mensal dos ativos – SC	R\$ 2.073.994,90	N/A
16	Folha salarial mensal dos ativos – Remun Tot	R\$ 2.073.994,90	N/A
17	Folha de proventos mensal dos aposentados por invalidez	R\$ 51.496,15	N/A
18	Folha de proventos mensal dos aposentados por idade, tempo de contribuição ou compulsoriamente.	R\$ 131.362,75	N/A
19	Folha de proventos mensal dos pensionistas	R\$ 40.444,68	N/A
20	Folha de auxílio-doença do ano focal	N/A	R\$ 222.681,07
21	Folha de salário-maternidade do ano focal	N/A	R\$ 50.845,72
22	Folha de auxílio-reclusão do ano focal	N/A	R\$ 0,00
23	Folha de salário-família do ano focal	N/A	R\$ 68.056,97
N/E - Não existe      N/D - Não disponível      N/A - Não se aplica			
<b>Nota: Dados relativos a Gerações Futuras NÃO incluídos nos valores</b>			

Em função da situação do fluxo dos repasses atualmente em curso, não consideramos no ativo líquido do plano, os valores de contribuição em atraso, mesmo que lançados em dívida ativa, para fins de apuração do resultado.

## 8.2 Análise Comparativa e Posição do Plano de Benefícios Plano de Custeio

<b>Quadro Q17 - Análise Comparativa com os Últimos Exercícios</b>				
<b>Rubrica</b>	<b>Dez/2013</b>	<b>Dez/2014</b>	<b>Dez/2015</b>	<b>Dez/2016</b>
<b>Ativo Líquido<sup>(1)</sup></b>	<b>R\$ 13.697.774,05</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Provisão Matemática de Benefícios Concedidos</b>	<b>(-R\$ 16.969.353,47)</b>	<b>(-R\$ 20.702.976,03)</b>	<b>(-R\$ 24.472.771,88)</b>	<b>(-R\$ 33.798.398,00)</b>
(=) Provisão de Benef. Concedidos - Aposent.	(-R\$ 13.182.135,80)	(-R\$ 17.029.471,11)	(-R\$ 20.318.063,01)	(-R\$ 28.346.463,51)
(-) VABF de Benef. Concedidos	(-R\$ 13.182.135,80)	(-R\$ 17.029.471,11)	(-R\$ 20.318.063,01)	(-R\$ 28.346.463,51)
(+) VACF de Benef. Concedidos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(=) Provisão de Benef. Concedidos - Pensões	(-R\$ 3.787.217,67)	(-R\$ 3.673.504,92)	(-R\$ 4.154.708,87)	(-R\$ 5.451.934,49)
(-) VABF de Benef. Concedidos	(-R\$ 3.787.217,67)	(-R\$ 3.673.504,92)	(-R\$ 4.154.708,87)	(-R\$ 5.451.934,49)
(+) VACF de Benef. Concedidos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Déficit/ Superavit em relação a Benef. Concedidos</b>	<b>(-R\$ 3.271.579,42)</b>	<b>(-R\$ 20.702.976,03)</b>	<b>(-R\$ 24.472.771,88)</b>	<b>(-R\$ 33.798.398,00)</b>
<b>Montantes relativos a Benef. a Conceder</b>	<b>(-R\$ 33.043.525,54)</b>	<b>(-R\$ 54.915.257,59)</b>	<b>(-R\$ 69.216.804,19)</b>	<b>(-R\$ 83.705.513,67)</b>
(-) VABF de Benef. a Conceder	(-R\$ 80.517.856,79)	(-R\$ 106.870.299,63)	(-R\$ 133.166.424,03)	(-R\$ 164.771.755,86)
(+) VACF de Benef. a Conceder	R\$ 38.092.435,11	R\$ 41.978.125,27	R\$ 51.119.094,22	R\$ 65.449.086,63
(+) VACF de ativos, após aposentarem	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 703,28	R\$ 178.402,71
(+) VACF de pensionistas, quando em benefício	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1,96	R\$ 657,17
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 9.381.896,14	R\$ 9.976.916,77	R\$ 12.829.820,38	R\$ 15.438.095,68
(=) <b>Aposent. Não Decorrentes de Invalidez</b>	<b>(-R\$ 33.043.525,54)</b>	<b>(-R\$ 54.915.257,59)</b>	<b>(-R\$ 69.216.804,19)</b>	<b>(-R\$ 83.705.513,67)</b>
(-) VABF de Aposent. Não-Invalidez	(-R\$ 80.517.856,79)	(-R\$ 104.240.245,06)	(-R\$ 130.753.384,63)	(-R\$ 161.351.225,72)
(+) VACF de ativos, enquanto ativos	R\$ 38.092.435,11	R\$ 39.422.164,19	R\$ 48.795.803,79	R\$ 62.138.942,89
(+) VACF de ativos, após aposentarem	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 703,28	R\$ 178.402,71
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 9.381.896,14	R\$ 9.902.823,28	R\$ 12.740.073,37	R\$ 15.328.366,44
(=) <b>Aposentadorias Decorrentes de Invalidez</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
(-) VABF de Aposent. p/ Invalidez	R\$ 0,00	(-R\$ 309.193,96)	(-R\$ 423.225,83)	(-R\$ 520.265,16)
(+) VACF de ativos, enquanto ativos	R\$ 0,00	R\$ 279.820,53	R\$ 383.019,37	R\$ 470.839,97
(+) VACF de ativos, após aposentarem	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 0,00	R\$ 29.373,43	R\$ 40.206,45	R\$ 49.425,19
(=) <b>Pensão: Ativos</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
(-) VABF de Pensão de Ativos	R\$ 0,00	(-R\$ 470.737,51)	(-R\$ 521.479,47)	(-R\$ 634.779,45)
(+) VACF a conceder	R\$ 0,00	R\$ 426.017,45	R\$ 471.936,96	R\$ 573.818,23
(+) VACF de pensionistas, quando em benefício	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1,96	R\$ 657,17
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 0,00	R\$ 44.720,06	R\$ 49.540,55	R\$ 60.304,05
(=) <b>Pensão: Rever. de Aposent. NÃO Invalidez</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
(-) VABF de Pensão de Aposent.	R\$ 0,00	(-R\$ 1.081.625,36)	(-R\$ 817.316,63)	(-R\$ 1.270.350,48)
(+) VACF a conceder	R\$ 0,00	R\$ 1.081.625,36	R\$ 817.316,63	R\$ 1.270.350,48
(+) VACF de pensionistas, quando em benefício	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(=) <b>Pensão: Reversão de Aposent. de Invalidez</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>(-R\$ 0,00)</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>(-R\$ 0,00)</b>
(-) VABF de Pensão de Aposent.	R\$ 0,00	(-R\$ 701.533,81)	(-R\$ 308.825,47)	(-R\$ 625.424,61)
(+) VACF a conceder	R\$ 0,00	R\$ 701.533,81	R\$ 308.825,47	R\$ 625.424,61
(+) VACF de pensionistas, quando em benefício	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+/-) Valor Atual do saldo da COMPREV	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(=) <b>Auxílios Previdenciários</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
(-) VABF Auxílios	R\$ 0,00	(-R\$ 66.963,92)	(-R\$ 342.192,01)	(-R\$ 369.710,44)
(+) VACF Auxílios	R\$ 0,00	R\$ 66.963,92	R\$ 342.192,01	R\$ 369.710,44
<b>Déficit/ Superavit COM Ger. ATUAL</b>	<b>(-R\$ 36.315.104,96)</b>	<b>(-R\$ 75.618.233,62)</b>	<b>(-R\$ 93.689.576,07)</b>	<b>(-R\$ 117.503.911,67)</b>
Valor Atual dos Parcelamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Déficit/ Superavit Com Parcelamentos</b>	<b>(-R\$ 36.315.104,96)</b>	<b>(-R\$ 75.618.233,62)</b>	<b>(-R\$ 93.689.576,07)</b>	<b>(-R\$ 117.503.911,67)</b>
<b>Resultado da Geração Futura<sup>(2)</sup></b>	<b>R\$ 36.356.814,77</b>	<b>R\$ 17.014.906,18</b>	<b>R\$ 19.601.295,13</b>	<b>R\$ 28.904.318,31</b>
(-) VABF de Benef. a Conceder	(-R\$ 26.354.414,49)	(-R\$ 26.282.283,65)	(-R\$ 33.190.618,72)	(-R\$ 34.214.548,71)
(+) VACF de Benef. a Conceder	R\$ 62.711.229,26	R\$ 43.297.189,83	R\$ 52.791.913,85	R\$ 63.058.435,75
(+) VACF de ativos, após aposentarem	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 54.129,76
(+) VACF de pensionistas, quando em benefício	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.301,51
(+/-) Valor Atual do saldo da Compens. Previdenc	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Déficit/ Superavit COM Ger. FUTURA</b>	<b>R\$ 41.709,81</b>	<b>(-R\$ 75.618.233,62)</b>	<b>(-R\$ 93.689.576,07)</b>	<b>(-R\$ 117.503.911,67)</b>

NOTAS: (1) Como Ativo Líquido entende-se as disponibilidades e créditos a receber, deduzidos os passivos contingenciais reconhecidos e devidamente  
(2) Hipótese exigida pela Portaria MPS 403/2008, com a redação de 18/01/2013. Na presente Avaliação o resultado da Geração Futura NÃO compôs o resultado  
(3) Encargos de reversão de pensão de já aposentados são estimados por Capitalização / Premio Nivelado Individual (ILP).

De forma mais sintética, podemos observar o resultado do Plano no quadro Q18 a seguir:

<b>Quadro Q18 - Análise Comparativa Sintética dos Últimos Exercícios</b>				
<b>Rubrica</b>	<b>Dez/2013</b>	<b>Dez/2014</b>	<b>Dez/2015</b>	<b>Dez/2016</b>
Aplicações em Segmento de Renda Fixa	R\$ 13.697.774,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Aplicações em Segmento de Renda Variável	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Aplicações em Segmento Imobiliário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Aplicações em Enquadramento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros Ativos (bens, direitos e outros)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Atual dos Parcelamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Ativo Líquido com PARCELAMENTOS</b>	<b>R\$ 13.697.774,05</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	(-R\$ 16.969.353,47)	(-R\$ 20.702.976,03)	(-R\$ 24.472.771,88)	(-R\$ 33.798.398,00)
<b>Déficit/ Superavit em relação a Benef Concedidos</b>	<b>(-R\$ 3.271.579,42)</b>	<b>(-R\$ 20.702.976,03)</b>	<b>(-R\$ 24.472.771,88)</b>	<b>(-R\$ 33.798.398,00)</b>
Provisão Mat. de Benef. a Conceder	(-R\$ 33.043.525,54)	(-R\$ 54.915.257,59)	(-R\$ 69.216.804,19)	(-R\$ 83.705.513,67)
Saldo da Compensação Previdenciária	R\$ 9.381.896,14	R\$ 9.976.916,77	R\$ 12.829.820,38	R\$ 15.438.095,68
Resultado da Geração Futura (2)	R\$ 36.356.814,77	R\$ 17.014.906,18	R\$ 19.601.295,13	R\$ 28.904.318,31
<b>Resultado, sem Plano de Amortização</b>	<b>R\$ 41.709,81</b>	<b>(-R\$ 75.618.233,62)</b>	<b>(-R\$ 93.689.576,07)</b>	<b>(-R\$ 117.503.911,67)</b>
<b>VASF em capitalização, dos Ativos</b>	<b>R\$ 160.908.334,61</b>	<b>R\$ 169.681.763,84</b>	<b>R\$ 205.369.544,56</b>	<b>R\$ 250.661.326,72</b>
<b>VASF em RCC, dos Ativos</b>	<b>R\$ 16.084.739,21</b>	<b>R\$ 16.961.749,85</b>	<b>R\$ 21.355.379,78</b>	<b>R\$ 26.161.994,30</b>
<b>VASF em capitalização, dos Aposentados</b>	<b>Não disponível</b>	<b>R\$ 17.029.471,11</b>	<b>R\$ 20.318.063,01</b>	<b>R\$ 28.346.463,51</b>
<b>VASF em RCC, dos Aposentados</b>	<b>Não disponível</b>	<b>R\$ 1.349.127,57</b>	<b>R\$ 1.630.550,38</b>	<b>R\$ 2.286.843,51</b>
<b>% de COMPREV sobre os VABF Total</b>	<b>9,62%</b>	<b>7,82%</b>	<b>8,14%</b>	<b>7,77%</b>
<b>Cobertura da Provisão de Benef. Concedidos</b>	<b>80,72%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>Índice Geral de Cobertura de Provisões</b>	<b>27,39%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

Notas: (1) Plano de Amortização, se estabelecido em Lei e mantido adimplente  
(2) Hipótese exigida pela Portaria MPS 403/2008, com a redação de 18/01/2013. Na presente Avaliação o resultado da Geração Futura NÃO compõe o resultado

Conforme pode ser observado nos quadros Q17 e Q18, o plano de benefícios, na data focal, apresenta déficit atuarial, gerado não necessariamente no exercício em análise.

A comparação do resultado da avaliação da presente data-focal com o resultado dos três últimos exercícios fica prejudicada, em função da adoção da hipótese de geração futura que altera significativamente os resultados. Entretanto, comparando o resultado do atual exercício com o resultado dos dois exercícios anteriores, verifica-se uma elevação do déficit, em função:

- das premissas, em particular, do critério de estimação da data de aposentadoria à luz da experiência observada, bem como da reposição de massa;
- da alteração da massa segurada e da massa salarial;
- da não-existência de ativos financeiros para aplicação que proveriam receita financeira.

A exemplo das últimas avaliações, a situação do regime ainda é de insolvência e inliquidez dada à não execução do Plano de Custeio previsto na Lei Municipal e à falta de repasse da integralidade da contribuição patronal, conforme registrado e alertado nas Avaliações anteriores.

A não execução do Plano de Custeio e à falta de repasse provocou a exaustão dos ativos financeiros do RPPS, já no exercício do ano de 2014, contribuindo para o déficit atuarial e financeiro observado, em função da não rentabilização desses ativos financeiros à taxa de juros de 6,00 % aa acrescida do índice de inflação do ano adotado para o plano.

Chamamos a atenção para o fato de que o não repasse das contribuições patronais nos níveis exigidos pela Lei Municipal (que exigiu que o RPPS utilizasse os ativos financeiros até sua exaustão) pode configurar, SMJ, uma operação de crédito, na forma de empréstimo



compulsório, na qual os Entes patronais, ao reterem e utilizarem-se dos recursos que deveriam ser destinados ao RPPS, financiam-se no RPPS do município, sem que, provavelmente, exista autorização legislativa para a tomada de empréstimo por parte do executivo.

Tal situação ainda é mais preocupante caso os Entes patronais não tiverem feito o registro em suas respectivas demonstrações financeiras do montante de contribuições que deixaram de repassar ao RPPS, pois poderia levar tanto a Câmara Municipal, quanto o Tribunal de Contas e o Ministério Público de Contas, no processo de aprovação de contas, a uma avaliação inconsistente sobre os Entes patronais e sua observância às legislações municipais e federal.

Cabe observar que há registro nas demonstrações financeiras do RPPS do montante de contribuição em atraso, porém não temos ciência se existe o registro correspondente nas demonstrações dos Entes, visto não serem os mesmos objetos de análise da presente avaliação.

Verificamos que os gestores do RPPS têm agido sobre os Entes patronais, por ofício, sensibilização, por meio da inscrição de dívida ativa e/ou propositura de ação judicial, sem contudo lograrem êxito em qualquer um dos procedimentos adotados.

Pelo exposto, na data-focal da presente Avaliação Atuarial, é nosso entendimento e parecer que o plano de benefícios do RPPS encontra-se insolvente, não tem capacidade para honrar os compromissos para com os participantes, sejam os que já estão em benefícios, sejam os que ainda irão usufruir de algum benefício, e não apresenta liquidez, dependendo primordialmente de repasse dos Entes Patronais para honrar a folha de benefícios.

### 8.3 Plano de Custeio

Tendo em vista os resultados obtidos na avaliação realizada, por meio da técnica de *valor presente* e os obtidos pela técnica de *projeção*, apresentamos abaixo o plano de custeio a ser adotado para o próximo exercício, em percentual sobre a folha de salários dos segurados ativos, em Auxílio-Doença e Licença-Maternidade:

**Quadro Q19 - Plano de Custeio**

Benefício	Custo Normal	Custo Suplementar
Aposent p/Tempo de Contrib, Idade ou Compulsória	24,79%	1,00%
Aposentadoria por Invalidez	1,80%	
Pensão por Morte de Segurado Ativo	2,19%	
Pensão por Morte de Aposentado Não-Invalído	0,51%	
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	0,25%	
Auxílio Doença	0,95%	
Licença Maternidade	0,19%	
Auxílio Reclusão	0,01%	
Salário Família	0,27%	
<b>CUSTO PURO</b>	<b>30,96%</b>	
<b>Administração</b>	<b>2,00%</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>32,96%</b>	
<b>Base de Incidência das Contribuições **</b>	Folha de Salários de participantes ativos e participantes em Aux. Doença e Salário Maternidade	

Com relação às alíquotas de contribuição dos segurados do(s) ente(s) patronal(s), temos:

## Quadro Q20 - Alíquotas de Contribuição

Contribuinte	Normal	Suplementar	Para Administração	TOTAL
Ente Público	19,96%	1,00%	2,00%	22,96%
Servidor Ativo	11,00%	Zero	Zero	11,00%
Servidor Aposentado**	11,00%	Zero	Zero	11,00%
Pensionista**	11,00%	Zero	Zero	11,00%
Base de Incidência das Contribuições do Ente Público (Normal e Suplementar)	Folha de Salários de contribuição de participantes ativos e participantes em Aux. Doença e Salário Maternidade			
Base de Incidência das Contribuições Normais dos Ativos	Salário de Contribuição			
Base de Incidência das Contribuições Normais dos Aposentados e Pensionistas	Parcela excedente ao teto de contribuição ao RGPS			

No que se refere ao Plano de Custeio dos anos anteriores, apresentamos a seguir um quadro comparativo, para fins de acompanhamento da evolução do mesmo:

## Quadro Q21 - Evolução do Plano de Custeio

Benefício	Custo Normal estabelecido para o exercício do ano de:			
	2014	2015	2016	2017
Aposent p/Tempo de Contrib, Idade ou Compulsória	21,10%	23,23%	23,76%	24,79%
Aposentadoria por Invalidez	1,63%	1,65%	1,79%	1,80%
Pensão por Morte de Segurado Ativo	2,92%	2,51%	2,21%	2,19%
Pensão por Morte de Aposentado Não-Invalído	1,19%	0,94%	0,40%	0,51%
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	0,49%	0,41%	0,15%	0,25%
Auxílio Doença	1,56%	1,10%	1,15%	0,95%
Licença Maternidade	0,01%	0,01%	0,18%	0,19%
Auxílio Reclusão	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
Salário Família	0,01%	0,01%	0,27%	0,27%
<b>CUSTO PURO</b>	<b>28,93%</b>	<b>29,87%</b>	<b>29,92%</b>	<b>30,96%</b>
Administração	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
<b>CUSTO NORMAL</b>	<b>30,93%</b>	<b>31,87%</b>	<b>31,92%</b>	<b>32,96%</b>
Custo Suplementar	1,10%	1,95%	0,00%	1,00%
<b>TOTAL</b>	<b>32,03%</b>	<b>33,82%</b>	<b>31,92%</b>	<b>33,96%</b>
<b>Proporção de contribuição Normal dos Participantes</b>	35,6%	34,5%	34,5%	33,4%
<b>% COMPREV sobre VABF</b>	9,62%	7,82%	8,14%	7,77%
<b>Índice de Cobertura das Provisões</b>	<b>27,39%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>% contribuição Patronal (Normal + Suplementar)</b>	21,03%	22,82%	20,92%	22,96%
<b>% contribuição dos Ativos</b>	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
<b>% contribuição dos Aposentados</b>	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
<b>% contribuição dos Pensionistas</b>	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%

Observa-se uma elevação gradual e contínua das alíquotas de contribuição, decorrente da alteração da massa de segurados e da não-rentabilização de ativos financeiros.

Para a definição do custo suplementar, cujo objetivo é amortizar o déficit atuarial, entendemos ser necessário manifestação dos Entes patronais de maneira a acordar plano de

amortização, tendo em vista que os planos dos anos anteriores não têm sido honrados. Tal custo e definição são necessários de maneira a possibilitar a recomposição do patrimônio do plano, em conformidade com o fluxo estimado de receitas e despesas.

De qualquer forma, apresentamos a seguir a proposta de um plano, por meio de uma alíquota de contribuição suplementar, de responsabilidade apenas os Entes patronais e incidente sobre a folha dos servidores ativos, capaz de amortizar o déficit observado, caso seja regularizado o repasse de contribuições:

**Quadro Q22-A Plano de Amortização**

Ano	Alíquotas de Custo Suplementar	Ano	Alíquotas de Custo Suplementar
2017	1,00%	2035	40,36%
2018	1,59%	2036	43,56%
2019	2,19%	2037	46,75%
2020	2,78%	2038	49,95%
2021	3,37%	2039	53,15%
2022	3,97%	2040	56,35%
2023	4,56%	2041	59,55%
2024	5,16%	2042	62,75%
2025	8,36%	2043	65,95%
2026	11,56%	2044	69,15%
2027	14,76%	2045	72,35%
2028	17,96%	2046	75,55%
2029	21,16%	2047	78,75%
2030	24,36%	2048	81,95%
2031	27,56%	2049	85,15%
2032	30,76%	2050	88,35%
2033	33,96%	2051	91,55%
2034	37,16%		

Caso as normas e os critérios de concessão de benefícios venham a ser alteradas, o plano de custeio deverá ser reavaliado. Tal revisão deverá ocorrer na avaliação periódica anual prevista na legislação ou, se assim for necessário, no decorrer do exercício no qual ocorra a alteração das normas e critérios de concessão.

## 9 PROVISÕES, FUNDOS E RESERVAS TÉCNICAS

### 9.1 Posição das Provisões, Fundos e Reservas Técnicas

Para a manutenção, garantia e solvência do plano de benefícios, deverão ser constituídas provisões, reservas e/ou fundos, em conformidade com a legislação pertinente e as exigidas pela Nota Técnica Atuarial.

O passivo atuarial, consubstanciado pelas provisões técnicas, reservas técnicas e/ou fundos, é composto pela Reserva de Benefícios a Conceder e Reserva Matemática de Benefícios Concedidos.

Dessa maneira, o RPPS apresenta as seguintes posições, na data-focal da presente avaliação, não considerando o efeito da Geração Futura:

**Quadro Q24 - Provisão / Fundo / Reserva – Geração Atual**

Descrição	Montante
<b>1. Reservas Matemáticas</b>	<b>R\$ 117.503.911,67</b>
<b>1.1. Reserva de Benefícios a Conceder</b>	<b>R\$ 83.705.513,67</b>
1.1.1. Aposentadorias e Pensões	R\$ 83.705.513,67
1.1.2. Geração Futura <sup>(2)</sup>	(-R\$ 27.664.903,52)
<b>1.2. Reserva de Benefícios Concedidos</b>	<b>R\$ 33.798.398,00</b>
1.2.1. Aposentadorias	R\$ 28.346.463,51
1.2.2. Pensões	R\$ 5.451.934,49
<b>2. Reserva a Amortizar</b>	R\$ 117.503.911,67
<b>3. Reserva de Benefícios a Regularizar</b>	Zero
<b>4. Reserva de Oscilação de Riscos</b>	Zero
<b>5. Reserva de Contingência <sup>(2)</sup></b>	Zero
<b>6. Reserva para Ajustes do Plano</b>	Zero
<b>Observações:</b> Valores já líquidos de Compensação Previdenciária	
(2) Resultado demonstrado da Geração Futura, mas NÃO CONSIDERADO nos totais.	
(3) Em caso de superávit observado decorrente de estimativas da Geração Futura, não se recomenda o reconhecimento do mesmo na reserva de contingência, salvo se determinado pelo Plano Contábil aplicável ao RPPS.	

**9.2 Reservas e Provisões**

As reservas e provisões técnicas exigidas tem natureza e destinação distintas, de forma a atender compromissos específicos do plano de benefícios estabelecido, em virtude dos regimes financeiros adotados. Em função da Nota Técnica Atuarial a natureza e destinação das provisões e fundos são as que se seguem.

**9.2.1 Provisão Matemática de Benefícios a Conceder**

De acordo com os regimes financeiros adotados, de forma a garantir os benefícios futuros de aposentadoria a serem concedidos pelo RPPS, deverão ser constituídas provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder. Por definição, esta provisão é a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições normais futuras, em conformidade com o regime financeiro e método atuarial adotado. Para fins de resultado final e contabilização, o saldo da compensação previdenciária estimada deverá compor a posição das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder.

As provisões de benefícios a conceder deverão ser recalculadas, no mínimo, anualmente, de acordo com a massa existente na época do recálculo. Entre as datas de recálculo, recomenda-se que o montante de reserva seja atualizado pelo índice da hipótese de crescimento inercial da moeda (inflação) acrescido da equivalente mensal da taxa real de juros adotada.

As provisões de benefícios a conceder deverão ser registradas contabilmente como contas de credoras de passivo, separadas por tipo de benefício e, preferencialmente, por regime financeiro.

**9.2.2 Provisão Matemática de Benefícios Concedidos**

Para os benefícios já concedidos de aposentadoria e pensão, deverão ser constituídas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos. Por definição a reserva de benefícios concedidos é a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros para com os segurados

aposentados e pensionistas e o valor atual das contribuições normais futuras dos respectivos segurados, em conformidade com o regime financeiro e método atuarial adotado.

As provisões de benefícios concedidos deverão ser recalculadas, no mínimo, anualmente, de acordo com a massa existente na época do recálculo. Entre as datas de recálculo, recomenda-se que o montante de provisão seja atualizado, no mês em que houver reajuste de benefícios, pelo mesmo índice de reajuste concedido à massa de inativos ou pensionistas a que se refere.

As provisões de benefícios concedidos deverão ser registradas contabilmente como contas de credoras de passivo, e separadas por tipo de benefício (aposentadoria por tempo de contribuição, por idade, por invalidez ou pensão).

### **9.2.3 Reserva de Contingência**

Face a futuras e possíveis oscilações no Equilíbrio Técnico do Plano Previdenciário, torna-se necessário constituir uma reserva de contingência, com parte de eventuais superávits apurados nos exercícios superavitários. Esta reserva deverá ser constituída anualmente, após a apuração dos resultados do exercício.

A constituição desta Reserva será de 100% do superávit técnico apurado no exercício.

A reversão desta reserva deverá ocorrer, obrigatoriamente, em caso de Déficit Técnico, apurado atuarialmente por atuário habilitado e até o limite explicitado no parecer do Atuário.

Esta reserva deverá ser constituída até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) das Reservas Matemáticas do RPPS, assim entendidas a Reserva de Benefícios a Conceder e a Reserva de Benefícios Concedidos.

### **9.2.4 Reserva para Ajustes do Plano**

Da mesma forma que a Reserva de Contingência, a Reserva para Ajustes do Plano registrará o superávit apurado e que não foi transferido para aquela.

A reversão desta reserva só deverá ocorrer, obrigatoriamente, depois de exaurida a Reserva de Contingência, em caso de Déficit Técnico apurado por atuário habilitado e até o limite explicitado no parecer atuarial.

## **10 RENTABILIDADE DOS ATIVOS E A META ATUARIAL**

O Plano de Benefícios sob responsabilidade da Entidade gestora do RPPS, face às suas características, regimes e métodos financeiros, exige uma rentabilidade mínima do Fundo Garantidor de Benefícios, formado pelas contribuições devidas e demais recursos, bens e direitos incorporados ao Plano.

A rentabilidade mínima (denominada de Meta Atuarial) dos ativos garantidores das

Reservas e Provisões Técnicas, consubstanciados pelo Fundo Garantidor de Benefícios, é estabelecida em função dos parâmetros técnicos adotados para o Plano de Benefícios, bem como em função dos parâmetros mínimos estabelecidos na Lei Federal 9.717/98 e recomendados na Portaria MPS 403/08.

Tal Meta Atuarial (MA) é um parâmetro obtido por meio da conjugação da taxa real de juros, utilizada no Plano de Benefícios, com o parâmetro adotado de inflação (geralmente o INPC ou IPCA), sendo expresso por meio de uma taxa percentual.

A MA é o balizador da rentabilidade mínima que o Fundo Garantidor de Benefícios deve alcançar, sob pena de, se isso não acontecer, tal situação conduzir a Déficit Atuarial e exigir a elevação das taxas de contribuição normais ou o estabelecimento de uma taxa de contribuição suplementar, para amortizar do déficit verificado.

Geralmente apresentamos uma comparação entre a Meta Atuarial (inflação + taxa real de juros) estabelecida para o plano e a rentabilidade alcançada **apenas pelos ativos financeiros** do Fundo Garantidor de Benefícios, bem como o impacto financeiro estimado no resultado do Plano de Benefícios no exercício em análise e nos últimos observados.

Entretanto, dada à falta de repasse de contribuição pelos Entes patronais, o Regime tem operado em regime mensal de caixa, inviabilizando a análise de rentabilidade pela inexistência de fundo garantidor das provisões técnicas.

Recomendamos que deve-se evitar a imobilização do patrimônio ou mantê-la em níveis mínimos, dado que, geralmente, o rendimento da aplicação em imóveis, com algumas honrosas exceções ou no caso de aquisição para especulação no mercado imobiliário pelo RPPS, fica aquém da rentabilidade obtida em aplicações em produtos financeiros. Alia-se a isto, também, a falta de liquidez decorrente de tal aplicação. Relembramos que, a imobilização do patrimônio, pode até ser benéfica a pessoas físicas, mas não a pessoas jurídicas com obrigatoriedade de apresentar um rendimento mínimo sobre o patrimônio em determinado horizonte temporal.

Salientamos que a aplicação financeira dos recursos garantidores das Reservas e Provisões Técnicas, quando existentes, deve ser realizada em instituições financeiras idôneas e solventes, evitando-se ativos de risco ou de baixa rentabilidade.

Por medida prudencial e de boa prática de gestão, é recomendável que a rentabilidade dos ativos do Plano seja acompanhada mês a mês, comparando a Meta Atuarial com a taxa interna de retorno dos investimentos, sempre em um período de 12 meses.

## 11 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

A posição das receitas, despesas, provisões técnicas e demais itens devem ser registradas em conformidade com o Plano de Contas aplicável aos RPPS e ao Ente Federativo.

De maneira a auxiliar em tais registros, apresentamos em anexo ao presente estudo, os montantes relativos às provisões técnicas, referentes apenas à geração atual, sob as respectivas contas da planificação contábil.

Cabe salientar que em caso de divergência entre a sugestão de registro, apresentada no anexo, e as disposições do plano de contas ou o entendimento da área contábil do RPPS, estas devem prevalecer sobre a sugestão apresentada no anexo, visto a competência técnica e legal para tanto.

No caso dos valores relativos à geração futura e não constantes da sugestão de registro no anexo, apresentamos a seguir os valores discriminados, de maneira a possibilitar tais registros, nas contas correspondentes, em conformidade com as determinações do Plano de Contas e da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social:

## 12 PARECER E CONCLUSÕES

O presente estudo tem como finalidade reavaliar o plano de benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social do município de Itabela – BA, gerido pela Caixa de Previdência dos Servidores Públicos Municipais - CAPREMI, na data focal de 31/12/2016, à luz das disposições legais da Emenda Constitucional nº 20/98, da Emenda Constitucional nº 41/03, da Emenda Constitucional nº 47/05, da Lei Complementar Federal Nº 101/00, da Lei Federal nº 9.717/98, da Portarias MPS nº 402/08 e nº 403/08 e da Lei Municipal 316/05, e da legislação municipal pertinente, todas com a redação vigente na data focal da presente avaliação.

Para a realização da avaliação atuarial foram fornecidos arquivos magnéticos contendo dados dos servidores civis, ativos e inativos, bem como dos eventuais pensionistas oriundos desses de participantes, posicionados em 31/12/2016.

Após a recepção e análise dos dados, foram realizados testes de consistência nas bases de dados. Sobre essas bases, é nosso entendimento que os dados recebidos apresentavam a amplitude e consistência necessárias e adequadas para a realização da presente avaliação e também a desejada atualização. Entretanto, há de se salientar que os resultados e conclusões apresentados são diretamente decorrentes desses.

Na data-focal da presente Avaliação Atuarial, é nosso entendimento e parecer que o plano encontra-se insolvente, não tem capacidade para honrar os compromissos para com os participantes, sejam os que já estão em benefícios, sejam os que ainda irão usufruir de algum benefício, e não apresenta liquidez, dependendo primordialmente de repasse dos Entes Patronais para honrar a folha de benefícios.

No decorrer do exercício do ano de 2016, bem como nos últimos exercícios, **não observamos regularidade no fluxo de contribuição**, não tendo sido executado, tanto o plano de custeio estabelecido para esse exercício e para os anteriores, quanto o termo de parcelamento de dívida, firmado pelos entes patronais com a CAPREMI e estabelecido em lei municipal, conforme constatamos pelos documentos a nós encaminhados. Ao que parece, tem sido repassado para a CAPREMI apenas o montante necessário de recursos para arcar com a folha de benefícios do mês e, ainda assim, pelo fluxo de caixa analisado, de forma parcelada.

Sobre a falta de repasse da contribuição, verificamos que os gestores do RPPS agido sobre os Entes patronais, por ofício, sensibilização, por meio da inscrição de dívida ativa e/ou

propositura de ação judicial, sem contudo lograr êxito em qualquer um dos procedimentos.

Em constatação, verificamos que apesar de existir Plano de Custeio estabelecido em Lei Municipal, a mesma não tem sido observada pelos Entes Patronais, tendo o Poder Legislativo local desconhecido, de forma sistemática, ao que tudo indica, a não observância de tal dispositivo, apesar dos ofícios da autarquia gestora do RPPS ao Poder Executivo.

Da mesma forma, não identificamos ação efetiva do Tribunal de Contas ao qual o município presta contas, no sentido de incitar a regularização dos repasses pelos Entes patronais e promover o fiel cumprimento do estabelecido na Lei Municipal. Pelo que observamos, a ação tem se limitado à aplicação de multa à unidade gestora do RPPS o que, SMJ, tem efeito inócuo, visto que a unidade gestora não dá causa à situação, não é responsável pelo não-repasse e não tem ordenadores de despesas com poder para repassar as contribuições devidas para si mesma. Esta ação não age sobre a causa do problema efetivamente observado: falta de repasse de contribuição pelo Entes patronais e desrespeito à Lei Municipal que estabeleceu o Plano de Custeio do RPPS do município.

Dada a manutenção da situação dos exercícios anteriores, o plano de benefícios do RPPS do município já não apresenta liquidez e opera, na prática em regime de caixa, inviabilizando todo o arranjo previdenciário estabelecido na Lei Municipal, estando em desacordo com a mesma.

Cabe ainda alertar que a não observância do plano de custeio estabelecido em lei, do termo de parcelamento de dívida e a atual forma de repasse em execução pelos Entes Patronais, com retenção e não repasse das contribuições ao RPPS, encerram, SMJ, desconformidade legal dos responsáveis pelos Entes patronais, no que se refere aos dispositivos da Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como da Lei Federal 9.717/98, dentre outras, além da própria Lei Municipal e da legislação infralegal emanada do Ministério da Previdência Social e, atualmente, do Ministério da Fazenda.

É importante também salientar que o não repasse das contribuições patronais nos níveis estabelecidos pela Lei Municipal (que exigiu que o RPPS utilizasse os ativos financeiros até sua exaustão) pode configurar, assim entendemos, uma operação de crédito, na forma de empréstimo compulsório, na qual os Entes patronais, ao reterem e utilizarem-se dos recursos que deveriam ser destinados ao RPPS, segundo a mandatária Lei Municipal, financiam-se de maneira implícita no RPPS do município, sem que, provavelmente, exista autorização legislativa para a tomada de empréstimo por parte do executivo.

Com relação ao Plano de Custeio, para o próximo exercício, deverão passar a vigorar as seguintes alíquotas de contribuição para os participantes e para o(s) ente(s) patronal(s):

Contribuinte	Normal	Suplementar	Para Administração	TOTAL
Ente Público	19,96%	1,00%	2,00%	22,96%
Servidor Ativo	11,00%	Zero	Zero	11,00%
Servidor Aposentado**	11,00%	Zero	Zero	11,00%
Pensionista**	11,00%	Zero	Zero	11,00%
Base de Incidência das Contribuições do Ente Normal e Suplementar)	Folha de Salários de contribuição de participantes ativos e participantes em Aux. Doença ou Salário Maternidade			
Base de Incidência das Contribuições Normais dos Ativos	Salário de Contribuição			
Base de Incidência das Contribuições Normais dos Aposentados e Pensionistas	Parcela excedente ao teto de contribuição ao RGPS			



As provisões e reservas deverão ser contabilizadas em conformidade com o plano de contas da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Fazenda.

A alteração de qualquer parâmetro na concessão de benefícios ou no reajuste dos mesmos, requer prévio estudo atuarial, como meio de se averiguar o impacto da alteração desejada no plano de benefícios e no plano de custeio. A inobservância deste princípio, além de invalidar o plano de custeio definido na avaliação atuarial, poderá vir a afetar seriamente o RPPS, na medida em que o mesmo poderá assumir compromissos para com os participantes para os quais não exista fonte de custeio prevista e/ou não existam recursos suficientes a médio ou longo prazo.

Por fim, reiteramos sobre a importância de regularidade e pontualidade das receitas de contribuição a serem auferidas pelo RPPS. Quaisquer receitas lançadas e não efetivadas pela(s) patrocinadora(s) ou participantes deverão ser atualizadas monetariamente e acrescidas de juros equivalentes, no mínimo, à taxa média das aplicações do período de atraso, a partir da data em que forem devidas, sem prejuízo de multa e juros moratórios. Isto decorre do fato de que, sendo as contribuições parte integrante do plano de custeio (e responsabilidade assumida pelo(s) entes empregadores(s) e participantes), a falta de repasse ou atraso e sua consequente não incorporação ao Fundo Garantidor de Benefícios, além de inviabilizar o RPPS a médio prazo, resulta em déficit futuro, certo e previsível

Esclarecemos que, pelos regimes financeiros adotados, o plano de custeio deverá ser reavaliado atuarialmente, pelo menos, anualmente, de forma a garantir a consistência e o equilíbrio técnico do regime.

Cumpre-nos observar ainda que não foram contemplados os impactos de ações judiciais que estejam ou possam vir a serem ajuizadas contra o(s) Ente(s) Patronal(s), contra a própria entidade gestora do RPPS ou seus gestores, ações essas relativas a questões trabalhistas, relativas ao nível dos benefícios já pagos ou a pagar, ou ainda a critérios de concessão.

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2017.

  
Marcelo Nascimento Soares  
Atuário – Reg Mtbps 759

## ANEXOS

Quadro Q25 – Frequência e Folha Mensal de Salários de Contribuição de Ativos, por Idade e Sexo

x	Feminino		Masculino		TOTAL	
	Fx	Folha Ajustada de	Fx	Folha Ajustada de	Fx	Folha Ajustada de
24	1	968,00			1	968,00
25	2	2.357,16	4	4.548,80	6	6.905,96
26	6	6.872,95	4	6.474,80	10	13.347,75
27	5	5.216,19	4	4.677,45	9	9.893,64
28	9	11.141,70	8	9.869,82	17	21.011,52
29	8	10.747,72	8	16.826,54	16	27.574,26
30	16	26.440,26	8	13.868,13	24	40.308,39
31	10	13.114,17	8	14.809,09	18	27.923,26
32	12	22.078,38	5	6.966,07	17	29.044,45
33	12	15.152,83	12	17.500,60	24	32.653,43
34	18	26.214,43	5	8.749,49	23	34.963,92
35	21	42.860,20	9	19.536,53	30	62.396,73
36	24	43.541,39	13	27.779,69	37	71.321,08
37	19	42.763,13	12	24.041,13	31	66.804,26
38	25	59.656,40	13	23.433,49	38	83.089,89
39	35	83.837,32	19	40.218,17	54	124.055,49
40	35	78.896,27	8	16.935,96	43	95.832,23
41	42	102.580,99	16	29.411,46	58	131.992,45
42	40	88.615,39	11	19.987,62	51	108.603,01
43	28	59.708,70	10	18.453,79	38	78.162,49
44	38	97.515,27	4	6.648,82	42	104.164,09
45	21	53.974,97	9	17.928,13	30	71.903,10
46	38	83.713,12	6	9.136,59	44	92.849,71
47	30	79.580,56	11	27.955,59	41	107.536,15
48	27	65.321,70	15	30.314,91	42	95.636,61
49	33	80.729,68	8	16.355,54	41	97.085,22
50	23	51.089,88	12	26.308,46	35	77.398,34
51	17	27.704,58	8	13.219,14	25	40.923,72
52	11	25.495,15	5	17.682,98	16	43.178,13
53	15	32.843,23	6	11.538,82	21	44.382,05
54	15	25.326,74	6	8.086,51	21	33.413,25
55	8	18.783,18	2	2.909,79	10	21.692,97
56	15	24.270,13	3	3.934,60	18	28.204,73
57	4	7.004,68	9	15.259,80	13	22.264,48
58	10	11.568,50	5	10.079,43	15	21.647,93
59	9	14.091,03	4	8.966,89	13	23.057,92
60	8	10.580,39	1	1.056,00	9	11.636,39
61	8	13.790,18	2	4.977,46	10	18.767,64
62	2	6.088,33	2	2.625,55	4	8.713,88
63	3	6.897,57	3	4.171,10	6	11.068,67
64	1	1.183,55	2	2.484,26	3	3.667,81
65	3	5.563,69	4	4.801,74	7	10.365,43
66	2	2.672,75	1	924,00	3	3.596,75
67	1	<b>1.232,00</b>			1	1.232,00
69	3	3.823,55			3	3.823,55
70	1	4.113,16			1	4.113,16
73			1	2.472,69	1	2.472,69
74	1	1.144,00			1	1.144,00
75	1	1.202,32			1	1.202,32
<b>Total Geral</b>	<b>716</b>	<b>1.500.067,47</b>	<b>306</b>	<b>573.927,43</b>	<b>1.022</b>	<b>2.073.994,90</b>

## Quadro Q26 - Estatísticas de Segurados Ativos por CNPJ/Lotação por Poder

CNPJ -/- Lotação	Feminino						Masculino					
	Fx	SC Médio	Idade Média de Entrada	Idade Média Atual	Idade Média de saída	Folha de SC da Base de Dados	Fx	SC Médio	Idade Média de Entrada	Idade Média Atual	Idade Média de saída	Folha de SC da Base de Dados
162344290001-83	713	R\$ 2.042,59	26,1	43,7	56,6	R\$ 1.456.367,63	305	R\$ 1.818,19	25,2	42,6	60,1	R\$ 554.549,03
162345440001-58	3	R\$ 3.212,22	26,3	46,0	57,0	R\$ 9.636,67	1	R\$ 2.025,25	23,0	42,0	60,0	R\$ 2.025,25
Total Geral	716	R\$ 2.047,49	26,1	43,7	56,6	R\$ 1.466.004,30	306	R\$ 1.818,87	25,2	42,6	60,1	R\$ 556.574,28

## Quadro Q28 – Frequência e Folha de Aposentados, por Sexo e Idade

x	Feminino		Masculino		TOTAL	
	Fx	Folha de Benefícios	Fx	Folha de Benefícios	Fx	Folha de Benefícios
37	1	1.012,00			1	1.012,00
38	1	2.736,61	1	1.012,00	2	3.748,61
41	3	6.448,77			3	6.448,77
42	2	3.462,82	1	880,00	3	4.342,82
43	1	880,00	1	1.035,40	2	1.915,40
45	4	6.111,31			4	6.111,31
46	1	880,00	1	880,00	2	1.760,00
47	4	6.812,89			4	6.812,89
48	2	1.760,00			2	1.760,00
49	5	6.791,68	1	964,58	6	7.756,26
50	2	3.659,15			2	3.659,15
51	3	6.358,72			3	6.358,72
52	1	880,00			1	880,00
53	4	12.692,54	1	880,00	5	13.572,54
54	3	5.847,59	1	1.364,00	4	7.211,59
55	3	5.459,18			3	5.459,18
56	4	9.949,16			4	9.949,16
57	4	7.388,23			4	7.388,23
58	2	6.315,24			2	6.315,24
59	1	3.289,86			1	3.289,86
60	4	12.326,60	1	1.350,58	5	13.677,18
61	5	5.163,70	1	1.183,96	6	6.347,66
62	4	3.758,74			4	3.758,74
63	3	3.303,09	1	1.267,20	4	4.570,29
64	2	3.616,61			2	3.616,61
65	4	3.939,40	1	1.271,55	5	5.210,95
66	1	2.936,98	1	880,00	2	3.816,98
67	3	5.555,59	2	1.903,06	5	7.458,65
68	1	2.537,59	1	880,00	2	3.417,59
69	4	4.771,29	3	2.640,00	7	7.411,29
70	3	2.640,00	2	2.912,82	5	5.552,82
71	4	3.823,55	1	880,00	5	4.703,55
72			2	3.164,86	2	3.164,86
73	1	880,00			1	880,00
74	1	880,00	1	880,00	2	1.760,00
77	1	880,00			1	880,00
80			1	880,00	1	880,00
<b>Total Geral</b>	92	155.748,89	25	27.110,01	117	182.858,90

Quadro Q29 – Frequência e Folha de Pensionistas, por Sexo e Idade

x	Feminino		Masculino		TOTAL	
	Fx	Folha de Benefícios	Fx	Folha de Benefícios	Fx	Folha de Benefícios
8	1	867,61			1	867,61
11	1	0,00			1	0,00
13			2	4.927,28	2	4.927,28
17	1	0,00			1	0,00
19			1	0,00	1	0,00
33	1	867,61			1	867,61
40	1	880,00			1	880,00
43	1	867,61			1	867,61
45			1	3.037,76	1	3.037,76
48			1	880,00	1	880,00
49	1	904,74			1	904,74
51	1	880,00	2	2.442,17	3	3.322,17
52			1	880,00	1	880,00
53	1	923,37			1	923,37
60			1	1.051,55	1	1.051,55
61			1	2.642,43	1	2.642,43
63	3	3.372,26			3	3.372,26
64	1	880,00			1	880,00
65			1	880,00	1	880,00
67	1	0,00			1	0,00
70	4	3.948,85	1	1.109,31	5	5.058,16
72	1	880,00	1	880,00	2	1.760,00
74	1	1.760,00			1	1.760,00
75	3	2.662,18			3	2.662,18
82	1	880,00			1	880,00
83	1	1.139,95			1	1.139,95
<b>Total Geral</b>	25	21.714,18	13	18.730,50	38	40.444,68

## Quadro Q30 – Demonstrativo da Projeção Atuarial de Receitas e Despesas (RREO – LRF)

MUNICÍPIO DE ITABELA - ESTADO DA BAHIA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL  
2017 A 2091

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00 Nota: GERAÇÃO FUTURA NÃO considerada

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = ("d" exerc Anterior) + (c)
2017	8.666.102,17	3.331.034,82	5.335.067,35	5.335.067,35
2018	8.966.791,67	4.500.759,80	4.466.031,87	9.801.099,22
2019	9.389.175,80	4.868.034,42	4.521.141,38	14.322.240,60
2020	9.809.323,04	5.264.892,39	4.544.430,65	18.866.671,25
2021	10.162.144,02	5.980.237,06	4.181.906,97	23.048.578,22
2022	10.511.125,35	6.617.208,02	3.893.917,33	26.942.495,54
2023	10.810.581,37	7.410.960,53	3.399.620,84	30.342.116,38
2024	10.997.283,65	8.565.298,71	2.431.984,95	32.774.101,33
2025	11.960.394,27	9.328.557,02	2.631.837,25	35.405.938,58
2026	12.886.593,36	10.439.872,86	2.446.720,50	37.852.659,07
2027	13.833.707,68	11.478.008,27	2.355.699,41	40.208.358,49
2028	14.670.791,44	13.049.305,38	1.621.486,05	41.829.844,54
2029	15.307.047,62	15.409.351,05	(-102.303,44)	41.727.541,10
2030	16.043.702,68	16.837.549,57	(-793.846,89)	40.933.694,21
2031	16.520.844,62	19.335.467,46	(-2.814.622,83)	38.119.071,38
2032	17.185.353,34	20.461.469,03	(-3.276.115,68)	34.842.955,69
2033	17.755.302,36	21.940.293,31	(-4.184.990,95)	30.657.964,74
2034	18.305.642,85	23.325.835,92	(-5.020.193,07)	25.637.771,67
2035	18.786.146,49	24.837.676,03	(-6.051.529,54)	19.586.242,13
2036	19.366.482,44	25.656.539,72	(-6.290.057,28)	13.296.184,85
2037	19.983.027,19	26.300.718,65	(-6.317.691,46)	6.978.493,39
2038	20.629.490,04	26.872.530,40	(-6.243.040,35)	735.453,04
2039	21.329.132,69	27.260.446,24	(-5.931.313,55)	(-5.195.860,51)
2040	22.385.999,82	27.581.811,93	(-5.195.812,11)	(-10.391.672,62)
2041	23.514.750,36	27.847.259,09	(-4.332.508,73)	(-14.724.181,35)
2042	24.662.048,06	28.065.657,82	(-3.403.609,75)	(-18.127.791,11)
2043	25.827.613,90	28.272.792,23	(-2.445.178,33)	(-20.572.969,43)
2044	27.092.417,06	28.058.056,72	(-965.639,67)	(-21.538.609,10)
2045	28.375.082,46	27.817.655,33	557.427,14	(-20.981.181,96)
2046	29.689.869,57	27.484.801,20	2.205.068,37	(-18.776.113,59)
2047	31.037.456,21	27.056.744,30	3.980.711,91	(-14.795.401,68)
2048	32.403.090,73	26.601.713,33	5.801.377,40	(-8.994.024,28)
2049	33.800.448,80	26.057.833,68	7.742.615,12	(-1.251.409,16)
2050	35.241.766,87	25.371.011,94	9.870.754,93	8.619.345,78
2051	37.231.698,19	24.601.921,53	12.629.776,66	21.249.122,43
2052	3.099.922,76	23.868.079,80	(-20.768.157,04)	480.965,39
2053	1.764.065,45	23.042.355,37	(-21.278.289,92)	(-20.797.324,53)
2054	1.652.525,31	22.128.761,84	(-20.476.236,53)	(-41.273.561,06)
2055	1.568.158,19	21.172.793,04	(-19.604.634,85)	(-60.878.195,91)
2056	1.482.500,63	20.178.695,36	(-18.696.194,73)	(-79.574.390,64)
2057	1.395.986,40	19.151.659,84	(-17.755.673,43)	(-97.330.064,07)
2058	1.309.078,61	18.097.715,51	(-16.788.636,89)	(-114.118.700,96)
2059	1.222.262,66	17.023.619,06	(-15.801.356,40)	(-129.920.057,37)
2060	1.136.037,97	15.936.736,79	(-14.800.698,81)	(-144.720.756,18)
2061	1.050.909,59	14.844.841,75	(-13.793.932,16)	(-158.514.688,34)
2062	967.381,42	13.755.963,50	(-12.788.582,08)	(-171.303.270,41)
2063	885.945,63	12.678.196,80	(-11.792.251,17)	(-183.095.521,58)
2064	807.070,75	11.619.522,11	(-10.812.451,36)	(-193.907.972,94)
2065	731.191,10	10.587.619,22	(-9.856.428,12)	(-203.764.401,06)
2066	658.694,79	9.589.662,82	(-8.930.968,04)	(-212.695.369,10)
2067	589.915,45	8.632.127,06	(-8.042.211,61)	(-220.737.580,70)
2068	525.125,64	7.720.655,53	(-7.195.529,89)	(-227.933.110,60)
2069	464.531,83	6.859.944,76	(-6.395.412,93)	(-234.328.523,53)
2070	408.274,67	6.053.675,10	(-5.645.400,43)	(-239.973.923,95)
2071	356.430,01	5.304.497,52	(-4.948.067,51)	(-244.921.991,46)
2072	309.011,88	4.614.049,26	(-4.305.037,37)	(-249.227.028,83)
2073	265.977,19	3.982.995,97	(-3.717.018,78)	(-252.944.047,61)
2074	227.230,10	3.411.095,48	(-3.183.865,39)	(-256.127.913,00)
2075	192.626,05	2.897.275,57	(-2.704.649,52)	(-258.832.562,52)
2076	161.979,41	2.439.744,07	(-2.277.764,66)	(-261.110.327,18)
2077	135.069,11	2.036.071,12	(-1.901.002,01)	(-263.011.329,20)
2078	111.647,02	1.683.288,15	(-1.571.641,14)	(-264.582.970,33)
2079	91.446,02	1.378.000,95	(-1.286.554,93)	(-265.869.525,26)
2080	74.186,68	1.116.499,51	(-1.042.312,82)	(-266.911.838,08)
2081	59.583,62	894.862,36	(-835.278,95)	(-267.747.117,03)
2082	47.352,06	709.054,76	(-661.702,70)	(-268.408.819,73)
2083	37.213,68	555.039,75	(-517.826,07)	(-268.926.645,80)
2084	28.901,39	428.891,40	(-399.990,01)	(-269.326.635,81)
2085	22.163,29	326.868,30	(-304.705,00)	(-269.631.340,82)
2086	16.765,41	245.444,05	(-228.678,65)	(-269.860.019,46)
2087	12.494,59	181.359,62	(-168.865,03)	(-270.028.884,49)
2088	9.159,94	131.666,07	(-122.506,13)	(-270.151.390,62)
2089	6.593,51	93.747,12	(-87.153,60)	(-270.238.544,22)
2090	4.649,83	65.320,24	(-60.670,41)	(-270.299.214,64)
2091	3.204,44	44.426,36	(-41.221,92)	(-270.340.436,56)

**Fonte: Resultados da Avaliação Atuarial**

Notas: ( 1 ) Projeção Atuarial constante da Avaliação Atuarial  
( 2 ) Hipóteses e Parâmetros Básicos:

**Geração Futura:** NÃO considerada  
**Plano de Amortiz:** considerado  
Tábua de Mortalidade Geral: AT-1983-Male  
Tábua de Mortalidade de Invalíd: IBGE-2014-Ambos  
Tábua de Entrada em Invalidez: ALVAROVINDAS  
Crescimento Real de salários: 1,00% aa

**Receita Financeira:** considerada  
**Auxílios Previden.:** considerados  
Taxa Real de Juros: 6,00%  
Crescimento Real do Teto do RGPS: 0,00%aa  
Crescimento PIB: zero  
Crescimento Vegetativo: zero  
Crescimento Real de benefícios: 0,00% aa

Categoria	Massa Salarial	Frequencia	Idade Media
Ativos	R\$ 2.073.994,90	1.022	43
Aposentados	R\$ 182.858,90	117	58
Pensionistas	R\$ 40.444,68	38	54

MUNICÍPIO DE ITABELA - ESTADO DA BAHIA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2017 A 2091

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00 Nota: GERAÇÃO FUTURA NÃO considerada

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = ("d" exerc Anterior) + (c)
2092	2.151,88	29.407,87	(-27.255,99)	(-270.367.692,55)
2093	1.403,58	18.882,49	(-17.478,91)	(-270.385.171,47)
2094	885,92	11.714,83	(-10.828,90)	(-270.396.000,37)
2095	538,75	6.990,45	(-6.451,70)	(-270.402.452,07)
2096	314,11	3.991,52	(-3.677,40)	(-270.406.129,47)
2097	174,67	2.169,14	(-1.994,47)	(-270.408.123,94)
2098	92,11	1.115,38	(-1.023,27)	(-270.409.147,21)
2099	45,69	538,65	(-492,96)	(-270.409.640,17)
2100	21,09	241,92	(-220,83)	(-270.409.861,00)
2101	8,93	99,80	(-90,87)	(-270.409.951,87)
2102	3,41	37,20	(-33,79)	(-270.409.985,66)
2103	1,14	12,25	(-11,11)	(-270.409.996,77)
2104	0,32	3,45	(-3,12)	(-270.409.999,89)
2105	0,07	0,78	(-0,71)	(-270.410.000,60)
2106	0,01	0,12	(-0,11)	(-270.410.000,72)
2107	0,00	0,01	(-0,01)	(-270.410.000,72)
2108	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2109	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2110	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2111	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2112	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2113	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2114	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2115	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2116	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2117	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2118	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2119	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2120	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2121	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2122	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2123	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2124	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2125	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2126	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2127	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2128	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2129	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2130	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2131	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2132	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2133	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2134	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2135	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2136	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2137	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2138	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2139	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2140	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2141	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2142	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2143	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2144	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2145	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2146	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2147	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2148	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2149	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2150	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2151	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2152	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2153	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2154	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2155	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2156	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2157	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2158	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2159	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2160	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2161	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2162	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2163	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2164	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2165	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)
2166	0,00	0,00	0,00	(-270.410.000,72)

## Fonte: Resultados da Avaliação Atuarial

Notas: (1) Projeção Atuarial, constante da Avaliação Atuarial, elaborada com as hipóteses e parâmetros básicos abaixo.

Geração Futura:	NÃO considerada	Receita Financeira:	considerada
Plano de Amortiz:	considerado	Auxílios Previden.:	considerados
Tábua de Mortalidade Geral:	AT-1983-Male	Taxa Real de Juros:	6,00%
Tábua de Mortalidade de Invalíd:	IBGE-2014-Ambos	Crescimento Real do Teto do RGPS:	0,00%aa
Tábua de Entrada em Invalidez:	ALVAROVINDAS	Crescimento PIB:	zero
Crescimento Real de salários:	1,00% aa	Crescimento Vegetativo:	zero
		Crescimento Real de benefícios:	0,00% aa

Categoria	Massa Salarial	Frequencia	Idade Média
Ativos	R\$ 2.073.994,90	1.022	43
Aposentados	R\$ 182.858,90	117	58
Pensionistas	R\$ 40.444,68	38	54

## Quadro Q31 – Escrituração Contábil

Código		Valores	Tipo
2.2.7.2.0.00.00	<b>Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo</b>	<b>R\$ 179.059,88</b>	<b>Credora</b>
2.2.7.2.1.00.00	<b>Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação</b>	<b>R\$ 179.059,88</b>	<b>Credora</b>
2.2.7.2.1.01.00	<b>Plano Financeiro – Provisões de Benefícios Concedidos</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>Credora</b>
2.2.7.2.1.01.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	<b>Credora</b>
2.2.7.2.1.01.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.01.03	(-) Contribuições do Inativo para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.01.04	(-) Contribuição do Pensionista para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.01.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.01.06	(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.01.07	(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.02.00	<b>Plano Financeiro – Provisões de Benefícios a Conceder</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>Credora</b>
2.2.7.2.1.02.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	<b>Credora</b>
2.2.7.2.1.02.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.02.03	(-) Contribuições do Ativo para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.02.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.02.05	(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.02.06	(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.03.00	<b>Plano Previdenciário – Provisões de Benefícios Concedidos</b>	<b>R\$ 33.798.398,00</b>	<b>Credora</b>
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 33.798.398,00	<b>Credora</b>
2.2.7.2.1.03.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 0,00	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.03.03	(-) Contribuições do Inativo para o Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 0,00	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.03.04	(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 0,00	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.03.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 0,00	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.03.06	(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários do Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 0,00	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.04.00	<b>Plano Previdenciário – Provisões de Benefícios a Conceder</b>	<b>R\$ 83.884.573,55</b>	<b>Credora</b>
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 164.771.755,86	<b>Credora</b>
2.2.7.2.1.04.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 43.606.248,25	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.04.03	(-) Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 21.842.838,38	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.04.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 15.438.095,68	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.04.05	(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.05.00	<b>Plano Previdenciário – Plano de Amortização</b>	<b>R\$ 117.503.911,67</b>	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.05.98	(-) Outros Créditos do Plano de Amortização	R\$ 117.503.911,67	<b>Devedora</b>
2.2.7.2.1.06.00	<b>Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Financeiro</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>Credora</b>
2.2.7.2.1.06.01	Provisão Atuarial para Oscilação de Riscos	R\$ 0,00	<b>Credora</b>
2.2.7.2.1.07.00	<b>Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>Credora</b>
2.2.7.2.1.07.01	Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	R\$ 0,00	<b>Credora</b>
2.2.7.2.1.07.02	Provisão Atuarial para Oscilação de Riscos	R\$ 0,00	<b>Credora</b>
2.2.7.2.1.07.03	Provisão Atuarial para Benefícios a Regularizar	R\$ 0,00	<b>Credora</b>
2.2.7.2.1.07.04	Provisão Atuarial para Contingências de Benefícios	R\$ 0,00	<b>Credora</b>
2.2.7.2.1.07.98	Outras Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	R\$ 0,00	<b>Credora</b>
Resultado das contas da Geração Futura		R\$ 27.664.903,52	<b>Devedora</b>
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS, relativas à geração futura		<b>(R\$ 43.123.472,56)</b>	<b>Credora</b>
(-) Contribuições futuras para o Plano Previdenciário do RPPS, relativas à geração futura		R\$ 70.788.376,08	<b>Devedora</b>